RELATÓRIO ANUAL

2024

S.P.A. Saúde

O Plano de Saúde do Produtor Rural

SUMÁRIO

Mensagem da Administração 03
Relatório da Administração 04
Relatório das Demonstrações Contábeis 31
Relatório dos Auditores Independentes 59

Mensagem da Administração

Crescer para construir o futuro

A busca por eficiência, qualidade dos serviços e excelência no atendimento aos seus beneficiários, tem sido a marca da gestão do S.P.A. Saúde ao longo dos anos. Ao revisitarmos o exercício de 2024 nos deparamos com um cenário de grandes desafios: alta elevação de custos na área de saúde, crescente demanda por serviços médicos impulsionada pelo envelhecimento populacional, além de casos isolados de pacientes pontuais, com custos extremamente altos, fora da curva das ocorrências rotineiras, que impactaram nas despesas assistenciais do período. Ainda assim, graças a uma atuação conjunta, profissional e competente de seus gestores, fechamos o exercício com um superavit de R$2,6 milhões.

O relançamento da Campanha Carência Reduzida, permitiu o ingresso de mais de 2.000 novos beneficiários atraídos pela oportunidade de aderir aos planos com prazo imediato para a realização de consultas, exames, tratamentos simples e especiais.

Um dos principais destaques foi a inauguração da Clínica S.P.A. Saúde, um projeto desenvolvido em parceria com duas associadas: Minasul e Sicoob Credivar. Criada para atender os produtores rurais e seus familiares da região, a clínica está localizada em um ponto estratégico, na área da Minasul, em Varginha-MG, onde concentra-se o maior número de beneficiários dos planos em Minas Gerais. Com infraestrutura moderna, equipe médica de qualidade vai garantir o atendimento das diferentes necessidades dos beneficiários, num só lugar. Além disso, os beneficiários deixarão de pagar a taxa de coparticipação e contam com atendimento de telemedicina 24h.

As perspectivas no segmento da saúde suplementar para 2025 concentram-se em problemas já conhecidos, como o envelhecimento populacional, inflação médica e novas normas regulamentadoras no setor. Na visão do S.P.A. Saúde iniciativas como o projeto da nova clínica, atuando na atenção primária e investimentos em Telemedicina surgirão como forma de atendimento seguro e com significativa redução de custos.

Estamos certos que temos espaço e estrutura suficientes para crescer ainda mais. Para isso contamos com o permanente empenho e apoio dos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, dirigentes de associadas, representantes , fornecedores e nossos colaboradores. Juntos enfrentaremos desafios, crescimento e a viabilidade do nosso futuro.

Luiz Fernando Ribeiro
Presidente

Ricardo de Oliveira Garcia
Superintendente

S.P.A. Saúde
O Plano de Saúde do Produtor Rural

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2024

Às

Associadas do

S.P.A. Saúde – Sistema de Promoção Assistencial

O Conselho Deliberativo e a Superintendência submetem às vossas apreciações o Relatório da Administração, bem como as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, as quais abrangem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC quando referendadas pela ANS, inclusive as normas instituídas pela própria ANS, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

1. CONTEXTO ECONÔMICO E A SAÚDE SUPLEMENTAR

1.1 Desempenho da Economia Brasileira

A economia brasileira superou expectativas para os principais indicadores de atividade durante o ano de 2024. Segundo a Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda, para 2024, o crescimento do PIB será da ordem de 3,5%. Em documento, a pasta pronuncia que o "ritmo de crescimento surpreendeu mais uma vez em 2024" e que as surpresas positivas "refletiram o bom desempenho de setores cíclicos, motivados por impulsos positivos vindos do mercado de trabalho e crédito".

O secretário especial da Fazenda, Bernardo Mello, destacou que 2024 foi o primeiro ano de vigência do Novo Arcabouço Fiscal: "A atuação fiscal do governo central no ano foi marcada pelo acompanhamento e controle do crescimento da despesa, e pela busca de atingimento da meta de resultado primário, sem comprometer o processo de inclusão social e a recuperação dos indicadores socioeconômicos em curso desde 2023". No entanto, revisou para baixo a expansão para o ano de 2025, de 2,5% para 2,3%, pontuando ser natural um crescimento menor, haja vista o resultado de 2024 ter sido surpreendente. Para 2025, o secretário afirma que os esforços serão para a continuidade "da busca por sustentabilidade fiscal, com foco no controle da dinâmica de crescimento das despesas de acordo com os limites do arcabouço fiscal, bem como no atingimento da meta de resultado primário e na implementação das medidas aprovadas ao final de 2024".

Em grande medida, essa desaceleração acontece em razão dos efeitos da política monetária e fiscal. O ciclo da alta de juros impacta o ritmo de atividades que têm relação com o ciclo

econômico. Com taxa de juros alta, o empresariado segura investimentos e deixa de renovar infraestrutura, promover ampliações e contratações, prejudicando o potencial de crescimento econômico atual e futuro.

Considerando as informações acumuladas de 2024, o crescimento se deu em todos os componentes da economia, exceto a agropecuária, que apresentou queda de 2,5%. Setores como indústria e serviços obtiveram resultados melhores do que os apurados em 2023. O mesmo ocorreu com o consumo das famílias, com alta de 5,2%. Já o indicador de FBCF (Formação Bruta de Capital Fixo), que reflete o nível de investimento, como compras de máquinas e equipamentos, elevou-se em 7,6% e as exportações em 3,7%. Não favoráveis ao PIB, pois atuam como um redutor, as importações aumentaram 14,3%. Registrando-se como o maior da série histórica, em valores, o PIB brasileiro atingiu R$ 11,655 trilhões.

Em relação à inflação, o país voltou a estourar o limite da meta: a alta foi de 4,83%, ficando acima do teto da meta definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). A meta para 2024 era de 3% e, se tivesse oscilado entre 1,5% e 4,5%, seria considerada formalmente cumprida. Os grupos do IPCA de 2024 assim variaram: Alimentação e bebidas: 7,69%; Habitação: 3,06%; Artigos de residência: 1,31%; Vestuário: 2,78%; Transportes: 3,30%; Saúde e cuidados pessoais: 6,09%; Despesas pessoais: 5,13%; Educação: 6,70%; Comunicação: 2,94%. No grupo de Saúde, segmento do S.P.A. SAÚDE, as maiores contribuições vieram dos planos de saúde (7,87%) e dos produtos farmacêuticos (5,95%). Ambos tiveram reajustes autorizados pelos órgãos reguladores.

A meta de inflação do país é definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e o Banco Central toma suas decisões de política monetária, manejando a taxa básica de juros, de forma que a inflação oscile dentro do intervalo estabelecido pelo CMN. No último boletim Focus — Relatório do BACEN que engloba as expectativas de mais de 100 instituições financeiras —, de 7 de fevereiro de 2025, a inflação estimada para 2025 será de 5,58%. Ou seja, o mercado está projetando mais um estouro do teto do sistema de metas para este ano. O estouro da meta indica que o Banco Central manterá rigidez, elevando ou mantendo os juros mais altos, por maior tempo. Contudo, especialistas e economistas ainda dividem opiniões: De um lado, a crença de que o cenário econômico continuará desafiador em 2025, com uma inflação seguindo pressionada pelo mercado de trabalho aquecido e a perspectiva de câmbio depreciado. Por outro lado, a certeza de que a política de alta dos juros que o Banco Central já está adotando reduzirá a pressão sobre o consumo e sobre os preços.

Discorrendo mais sobre a taxa de juros, a taxa Selic se manteve na casa dos dois dígitos, iniciando 2024 com movimento de queda, 11,75%, encerrando em 12,25% e protagonizando novo ciclo de aumento a partir do final do 3º trimestre do ano. Taxa essa que, conforme analistas do mercado, poderá chegar a 15% em 2025, conforme o último boletim Focus. E isso tem grande impacto nas variáveis econômicas. Na teoria, juros mais altos desestimulam a demanda e suavizam a inflação. Como o crédito fica mais caro, o consumidor tende a reduzir gastos e a diminuir o consumo. Por sua vez, as empresas diminuem os investimentos diante do aumento do custo do capital, o que reduz a procura por mão de obra e também acaba reduzindo o dinheiro em circulação. Ou seja, o cenário de alta diminui os investimentos de empresas,

impactando o mercado de trabalho e reduzindo a capacidade de consumo das famílias. Todavia, em 2024 o que se observou foi o consumo das famílias avançando 5,2% em relação ao ano anterior, puxado pela melhora das condições do mercado de trabalho, com aumento da ocupação, da massa salarial real.

A taxa de desemprego recuou a 6,6% na média de 2024, o menor patamar da série histórica iniciada em 2012. A população desocupada totalizou 7,4 milhões de pessoas no ano, representando uma queda de 1,1 milhão diante de 2023. É o menor quantitativo de pessoas desocupadas nos últimos 10 anos (7 milhões em 2014). Já a população ocupada média também foi recorde na série histórica, com 103,3 milhões de pessoas, registrando alta de 2,6% ante 2023. "Os resultados de 2024 indicaram a manutenção da trajetória de crescimento contingente de trabalhadores que, inicialmente, em 2022, respondia como uma recuperação das perdas geradas durante a Pandemia de Covid-19, em 2020 e 2021. Em 2023 e 2024 os ganhos ainda expressivos, mesmo após a recuperação de ocupação após a pandemia, foram fundamentais para o alcance desses recordes (…) São dois anos seguidos de crescimento do rendimento, após recuo em 2021 e 2022. A expansão do rendimento em 2024 abrangeu trabalhadores formais e informais o que contribui significativamente para o crescimento da massa de rendimento", destacou a coordenadora de Pesquisas por Amostra de Domicílios do IBGE, Adriana Beringuy.

Embora já comentado acima, cabe mais um adendo sobre a variável econômica da inflação, que é a chamada inflação médica. Para o segmento da saúde suplementar, a inflação médica é a mais contundente para esse tipo de análise, haja vista se referir aos preços dos insumos e serviços médico-hospitalares. A variação dos custos médicos e hospitalares se torna extremamente importante para as empresas de plano de saúde e para os usuários ativos. Com base na última edição publicada, a Variação do Custo Médico Hospitalar (VCMH/IESS) nos últimos 12 meses terminados em setembro de 2023, relativamente aos 12 meses terminados em setembro de 2022, foi de 12,7%. Nos últimos 12 meses terminados em março/2023, relativamente aos 12 meses terminados em março/2022, foi de 14,9%. O indicador é o mesmo observado em dezembro/2022 (3 meses). Em março/22, na comparação de 12 meses, a VCMH havia sido de 23,0%. Se a tendência de queda se mantivesse para os períodos seguintes, haveria efeito positivo sobre os passivos de provisões técnicas de operações de assistência à saúde das entidades do segmento, haja vista se tratarem de valores a pagar aos prestadores de serviços de assistência à saúde contratados. No entanto, a exemplo do que ocorreu no S.P.A. SAÚDE, o que se observou em 2024 foi um aumento significativo dos custos assistenciais, o que pode indicar, além de outros fatores, um aumento do VCMH no período mais recente (estudo ainda não publicado pelo Instituto de Estudos de Saúde Suplementar - IESS).

Complementarmente, outra variável econômica que tem interferência no VCMH é o câmbio, podendo elevar/reduzir o custo dos insumos e serviços médico-hospitalares, caso estes estejam dolarizados (U$). Muitos desses insumos e medicamentos, por exemplo, são importados e alterações expressivas na taxa de câmbio podem ter efeitos desfavoráveis. Nesse sentido, como a expectativa do mercado para os próximos anos é, de forma geral, estabilidade no câmbio (ainda que em alto platô), pode-se estimar que os passivos de provisões técnicas de entidades do segmento não sofrerão aumentos expressivos relativamente a essa variável, além dos impactos já sofridos até hoje.

Diante das exposições macroeconômicas acima, pode-se inferir que não há uma preocupação presente para os números e resultados do S.P.A. SAÚDE para o horizonte de curto e médio prazos. Se as projeções fossem de um cenário de retração econômica crítica que, inclusive, impactasse fortemente o setor agropecuário (público-alvo do segmento da entidade), concomitante ao aumento do desemprego, queda da renda e poder de consumo, poderiam haver sinais de alerta para evasão contumaz na carteira de beneficiários dos planos de saúde ofertados. Todavia, não é esse cenário econômico crítico e pessimista que se vislumbra. Ainda que o desempenho econômico projetado para 2025 seja inferior ao de 2024, as previsões do S.P.A. SAÚDE em seu segmento continuam sendo de crescimento.

1.2 Saúde Suplementar

O segmento da saúde suplementar, que é composto por operadoras de planos e seguros privados de assistência médica à saúde contratados em planos individuais, coletivos e empresariais, pelos números mais recentes, atingiu a marca de 52,2 milhões de brasileiros. Depois de ter enfrentado uma fase desafiadora sem precedentes nos últimos anos, principalmente no período pós-pandemia da Covid-19, o setor permanece em viés de melhora.

Atendo-se a alguns números estruturais do segmento, em planos de assistência médica houve crescimento no número de usuários. Contando com 667 operadoras ativas em assistência médico-hospitalar, o encerramento de dezembro de 2024 computou 52.210.290 beneficiários em todo o país. Isso representou uma elevação de +2,21% em relação aos números de dezembro de 2023. Dos 24 Estados que apresentaram aumento, São Paulo, Minas Gerais e Amazonas foram os que apresentaram maior crescimento de beneficiários em números absolutos. Em se tratando de planos médico-hospitalares, houve incremento de 862.771 beneficiários, sendo que, quanto ao etarismo, observou-se que a faixa de 45 a 49 anos foi a que apresentou o crescimento mais expressivo (240.336 novos beneficiários), seguido pela faixa etária de 50 a 54 anos (125.734 novos beneficiários). Em sua segmentação, autogestão, o S.P.A SAÚDE registrou um crescimento de +2,74% – incremento de 658 usuários -, computando 24.683 beneficiários em sua carteira ao findar de 2024. Considerando os últimos cinco anos, de 31 de dezembro de 2019 a 31 de dezembro de 2024, seu crescimento acumulado na carteira de beneficiários foi da ordem de +18,25%.

Apesar da recuperação pela qual o setor vem passando, ainda continuam urgentes e necessárias mudanças agudas na cadeia de prestação de serviços de saúde privados, de forma a reavivar a sustentabilidade do setor. O segmento segue consolidando um modelo de negócio em que resultados operacionais muito fracos são atenuados por resultados financeiros mais expressivos, advindos dos rendimentos de aplicações financeiras das operadoras. E o resultado operacional deficitário do S.P.A. SAÚDE em 2024 exemplifica bem esse modelo.

Nesse contexto, as operadoras de planos de saúde têm se reorganizado buscando mensalidades mais sustentáveis, que façam frente à alta dos custos assistenciais de seus beneficiários. O grande desafio é o descompasso entre o aumento das obrigações dos planos impostas por novos

regramentos legais e regulatórios sem as receitas correspondentes. Por conta de alterações das regras que não consideraram seus respectivos impactos financeiros - como, por exemplo, a incorporação de novos e caros medicamentos e o fim de limites de sessões para certos tipos de terapias – os resultados dos planos de saúde vem se deteriorando nos últimos anos.

Grandes personalidades e referências na Saúde há tempos apontam a urgente necessidade de mudança e reorganização do modelo de negócio da saúde suplementar. Para Dr. José Luiz Toro da Silva, advogado, professor e pós-doutor em Direito, “estudar novas formas de contratação é de fundamental importância para repensar a saúde suplementar no Brasil. A discussão sobre o repensar os planos de saúde é de interesse de toda a sociedade, não somente das operadoras e seus prestadores de serviços, sendo que também passa pelo estabelecimento de mecanismo de regulação, que necessitam ser discutidos com a ANS. A regulação desta importante atividade econômica não somente se dá através da lei e da agência reguladora, mas, principalmente, através dos contratos firmados com os beneficiários, com seus mecanismos de regulação, mas principalmente com a rede credenciada, dando ênfase a Atenção Primária à Saúde (APS) e a mudança gradual do mecanismo de pagamento, alterando a dinâmica do free for service para a busca de uma remuneração baseada em valor”. Paulo Rebello, ex-diretor presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, entende ser “necessário que as operadoras realizem uma gestão em que a saúde do paciente esteja sempre no centro, sendo primordial que haja campanhas de conscientização sobre prevenção de doenças e de diagnóstico precoce, o que pode evitar gastos financeiros e a deterioração da saúde das pessoas”. Na mesma linha de pensamento, Antônio Britto, diretor executivo da Associação Nacional de Hospitais Privados – Anahp, avalia que o foco deve ser na gestão de saúde: “A população brasileira está envelhecendo mal. Nosso desafio é como sociedade, não apenas como agência ou plano de saúde. Se fizermos uma administração da saúde, com exames preventivos e correções, as doenças irão diminuir e o custo de enfrentá-las também”.

Ampliando ainda mais o olhar sobre o setor, Vera Valente, diretora executiva da Federação Nacional de Saúde Suplementar (FenaSaúde), em entrevista ao Futuro Da Saúde (hub de jornalismo de saúde, voltado para trazer curadoria e debates sobre os desafios da saúde), adentrou a discussão a respeito dos desafios e perspectivas da saúde suplementar para 2025, ressaltando a importância de temas como a regulação do setor e os desafios de integração com o Sistema Único de Saúde (SUS) - com o setor privado de saúde sendo visto como um parceiro estratégico da saúde pública. Para Vera, a saúde suplementar no Brasil exige soluções que conciliem regulação, gestão eficiente e a atenção às necessidades dos beneficiários. Para ela, a pressão por novas tecnologias, por vezes mais caras, exige rigorosas avaliações de custo versus efetividade. Ademais, a judicialização e o registro rápido de medicamentos, em especial para doenças raras, tornam os desafios mais intensos. Infere também que “ao fazer ataques às operadoras, muitas vezes o legislador e o judiciário não têm a visão necessária sobre a cadeia da saúde privada e acabam comprometendo a sua existência. Sem operadora, você inviabiliza o sistema. Então, acredito que essas são pautas extremamente importantes”. Para estabelecer um equilíbrio na sustentabilidade financeira, acesso e inovação, Vera reitera a importância de uma colaboração entre reguladores, operadoras e a indústria: “Ainda há muito a ser ajustado e

melhorado, mas o objetivo tanto do setor quanto da sociedade é garantir que o sistema de saúde seja sustentável e inclua mais pessoas".

2. FATORES INFLUENCIADORES DE PERFORMANCE

2.1. Da Operação de Planos

Quebrando a expectativa de bom desempenho para o ano de 2024, o S.P.A. SAÚDE findou o ano experimentando um resultado operacional deficitário e com uma performance bastante diferente do ano anterior, o qual está registrado na história da instituição como o ano do maior superávit já realizado. A sinistralidade aumentou e com ela trouxe um cenário bastante desafiador para gestão de riscos e contenção dos custos.

A contínua manutenção das ações de gestão, técnica e operacional e dos programas de promoção e prevenção em saúde foi imprescindível para que o desempenho operacional não fosse ainda mais impactado. Dentre essas ações, destacam-se:

1. Gerenciamento dos programas de promoção e prevenção em saúde;
2. Auditorias médica e de enfermagem;
3. Análise criteriosa dos pedidos médicos e cobranças dos prestadores de serviços;
4. Recuperação de glosas;
5. Gerenciamento de pacientes com doenças crônicas;
6. Gerenciamento de pacientes com internação de longa permanência;
7. Novas parcerias com a rede credenciada;
8. Conferência minuciosa nas solicitações de reembolso de despesas médicas;
9. Controle da inadimplência das Associadas;
10. Negociação com os prestadores e fornecedores de materiais e medicamentos;
11. Reestruturação administrativa, de pessoal e tecnológica, e
12. Investimentos em capital humano.

Ao longo do ano, o constante controle e ações de gestão de risco que visam minimizar os impactos nos custos assistenciais, marcados principalmente pelo aumento da inflação no segmento da saúde, pela inclusão incessante de novos procedimentos, medicamentos, materiais e tecnologias no Rol de coberturas da ANS, pelas constantes mudanças regulatórias, legislativas e jurídicas que estremecem os pilares do funcionamento do setor (a chamada

S.P.A. Saúde
O Plano de Saúde do Produtor Rural

"judicialização da saúde"), dentre outros, foram fundamentais para manter a viabilidade dos planos ofertados. Além desses fatores impactantes, o S.P.A. SAÚDE também contou com adversidades típicas do segmento da saúde: sinistros cujo custo total está bem acima da média e das previsões razoáveis e que se diferenciam drasticamente de todos os outros. São os casos de altíssimo custo, os chamados outliers.

Resultado das ações de controle e contenção da sinistralidade, os destaques a seguir contribuíram significativamente para que a operação de assistência à saúde médico hospitalar não fosse ainda mais prejudicada:

- Manutenção no processo de análise rigorosa das contas médicas;
- Atuação contumaz na recuperação de glosas identificadas;
- Boas negociações junto aos prestadores da rede assistencial;
- Melhores negociações de OPME (Órteses, Próteses e Materiais Especiais) junto aos fornecedores;
- Encaminhamentos para prestadores com melhor custo e efetividade;
- Reeducação de cobranças de prestadores por meio de glosas aplicadas;
- Monitoramento efetivo de pacientes internados;
- Negociação de altas para "Home Care" – Desospitalização;
- Negociações e compra direta para fornecimento de medicamento de uso domiciliar, e
- Ampliação das ações em programas de promoção e prevenção em saúde.

Os custos assistenciais quando se apresentam estáveis, dentro da razoabilidade, favorecem significativamente os resultados operacionais. Porém, como mencionado acima, não foi o experimentado pelo S.P.A. SAÚDE. Para 2024, as projeções de custo assistencial orçado eram bem mais otimistas, com sinistralidade praticamente igual a de 2023. Porém os custos apresentaram-se muito acima das projeções orçamentárias (com um desvio de +7,76%), registrando um aumento real na sinistralidade à ordem de +5,18 pontos percentuais em comparação a 2023 e atingindo o índice de 89,66%.

2.2. Do Resultado Financeiro

Importante destacar no desempenho do S.P.A. SAÚDE em 2024 o resultado financeiro realizado, que contribui substancialmente para que o resultado final do exercício não fosse deficitário. Representando 3,56% da receita líquida de mensalidades, atingiu a ordem de R$ 7,63 milhões, absorvendo a totalidade dos efeitos do déficit operacional.

O resultado financeiro, como será melhor explanado no item 4.8, é obtido confrontando-se as receitas financeiras com as despesas também dessa natureza. As receitas financeiras são compostas, praticamente em sua totalidade, pelos rendimentos financeiros oriundos de aplicações financeiras, os quais representam 99% desse grupo de receita. Já as despesas

financeiras são compostas, em 99%, pelos tributos incidentes sobre esses rendimentos financeiros auferidos.

A estabilidade do mercado financeiro há pelo menos três anos, aliada a uma alta da taxa de juros na economia brasileira - que ainda perdurará durante o ano de 2025 - proporcionou expressivos ganhos financeiros aos participantes do mercado. A taxa Selic que estava estacionada em 10,50%, a partir de setembro/2024 iniciou novo ciclo de aumento gradativo, encerrando o ano em 12,25% e podendo, de acordo com previsões para 2025, atingir 15%. Todo esse contexto favorável gerou ao S.P.A. SAÚDE aumento da rentabilidade de seus investimentos financeiros. As receitas financeiras totais, a ordem de R$ 9,69 milhões, representaram 4,52% da receita líquida de mensalidades. Já as despesas, financeiras, a ordem de R$ 2,06 milhões, 0,96%. Isso culminou no resultado financeiro supracitado de R$ 7,63 milhões.

2.3. Passivo Tributário

ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza

O S.P.A. SAÚDE, em dezembro de 2015, foi autuado pela Prefeitura do Município de São Paulo, sob a alegação de incidência do ISS sobre a operação de planos de saúde e descumprimento de obrigações acessórias. Mediante tal ocorrência, a Administração, no mesmo ano, decidiu por efetuar o competente registro contábil da autuação e suas respectivas atualizações monetárias e juros, desde então.

Foram apresentadas as competentes defesas nos mencionados processos administrativos, demonstrando a não incidência do mencionado tributo às entidades de autogestão em saúde, em especial ao S.P.A. SAÚDE em face do seu caráter associativo e a prestação de serviços aos produtores rurais. Ainda que aludidas autuações se encontrassem suspensas, em dezembro de 2017 a PMSP efetuou a inscrição dos valores dos Autos de Infração em dívida ativa, realizando, em janeiro de 2018, cobranças extrajudiciais (protestos) e judiciais (execuções fiscais).

Diante dessa posição da Prefeitura, o S.P.A. SAÚDE realizou as seguintes ações: a) interpôs Ação Declaratória de Inexistência de Crédito Constituído, posto que a Municipalidade não apreciou os recursos administrativos interpostos; b) ingressou com Exceções de Pré-Executividade, alcançando a suspensão dos protestos encaminhados pela Municipalidade, tendo o desembargador-relator reconhecido que os recursos administrativos interpostos e ainda não apreciados sustam a liquidez e a certeza das cobranças. Contudo, no curso do exercício de 2019, a PMSP apreciou os referidos recursos, indeferindo o pleito do S.P.A. SAÚDE.

O Conselho Deliberativo, em reunião ordinária de dezembro de 2019, decidiu pela realização de depósitos judiciais referentes aos Autos de Infração ajuizados pela Municipalidade. O Município de São Paulo ajuizou 6 (seis) Execuções Fiscais, sendo opostos pelo S.P.A. SAÚDE Embargos à Execução, efetuando os depósitos em todas as Execuções Fiscais, obtendo a suspensão da exigibilidade do crédito tributário nos termos do artigo 151, II, do CTN. Os embargos à execução e garantia do juízo via depósitos judiciais foram realizados pelo S.P.A. SAÚDE nos meses de

janeiro e novembro de 2020. Em abril e maio de 2021, a Municipalidade solicitou o complemento de depósitos relativos aos honorários advocatícios em três Execuções Fiscais em curso: em apenas uma delas houve deferimento para realização do complemento pleiteado. Dessa forma, o montante total depositado judicialmente passou a ser da ordem de R$ 17.877.095, garantindo integralmente as execuções.

Em um dos seis processos houve o julgamento antecipado do feito, entendendo pela improcedência dos Embargos à Execução Fiscal. Diante da rejeição dos Embargos de Declaração opostos no primeiro grau, em face da sentença foi interposto recurso de Apelação dirigido ao Tribunal de Justiça de São Paulo, sendo negado provimento ao recurso em dezembro/2023. Em janeiro/2024 foram protocolados Embargos de Declaração para sanar omissões no acórdão e possibilitar reexame das matérias ventiladas em sede de recurso próprio aos Tribunais Superiores, porém os embargos foram rejeitados. Posteriormente, foram interpostos Recurso Especial e Extraordinário, contudo, houve despachos denegatórios. Face às decisões denegatórias, foram interpostos os respectivos agravos. Em novembro/2024, o Agravo em Recurso Especial foi encaminhado ao STJ, sendo protocolado e classificado no assunto DIREITO TRIBUTÁRIO - Impostos – ISS - Imposto sobre Serviços e registrado ao Exmo. Sr. Ministro PRESIDENTE DO STJ.

Nos outros cinco processos, um deles aguarda a decisão do juiz sobre a manifestação do Munícipio acerca de documentos contábeis juntados e réplica à impugnação do Município. Já os quatro restantes se encontram em fase de produção de provas periciais.

3. DIRECIONAMENTO DOS INVESTIMENTOS REALIZADOS

O atual modelo de gestão do S.P.A. SAÚDE trouxe consigo verdadeiros marcos na história da instituição. Ao longo dos últimos anos, grandes feitos representaram um verdadeiro divisor de águas na gestão: a reestruturação administrativa e de tecnologia da informação, a adequação da estrutura com expansão da sede social em 80% e do patrimônio humano com ampliação do quadro de colaboradores para adequação às necessidades da operação, a criação do RH Estratégico, a Reforma Estatutária, a criação da Central 24 Horas, os investimentos em Marketing e a criação da Clínica de APS – Atenção Primária à Saúde em Varginha-MG são os principais destaques.

No planejamento da expansão e crescimento da entidade, uma importante frente se destaca: investimento em publicidade e propaganda. As ações de marketing, representadas principalmente pela propaganda em rádio e TV e pelas campanhas de incentivos às novas adesões de beneficiários – a Campanha Carência Reduzida –, foram imprescindíveis para que a carteira de beneficiários do S.P.A. SAÚDE aumentasse +18,25% nos últimos cinco anos.

Nas operações diárias permanecem a constante dedicação de esforços na manutenção de ações que refletem diretamente nos indicadores de eficiência, sustentabilidade e resultados operacionais, como a intensificação das ações dos programas de atenção primária, promoção e

prevenção em saúde, o aprimoramento da gestão de risco e de medidas de conscientização para o uso racional dos recursos disponíveis.

3.1 Investimentos na Expansão da Sede Social e Tecnologia da Informação

Nos últimos anos, a reestruturação administrativa abarcou a expansão da sede social e a ampliação do capital humano, levando, paralelamente, a uma adequação tecnológica de apoio às áreas do negócio de plano de saúde, tanto gerencial como operacionalmente. A expansão da sede social compreendeu a aquisição de imóveis e suas respectivas reformas e adaptações para funcionamento. Entre 2018 e 2024, foram adquiridas oito novas salas, representando uma expansão local de 80%.

No mesmo período, devido à reforma estrutural na sede administrativa da entidade, foram necessárias aquisições de ativos de T.I. para suportar a realocação de postos de trabalho, contemplando toda infraestrutura de rede, telefônica, elétrica e hardwares, além de toda gama de licenciamentos de softwares. Outro importante investimento foi a reestruturação do Datacenter interno, de modo a garantir alta disponibilidade nos serviços e operação da entidade, 24 horas/7 dias por semana.

Especificamente no ano de 2024, foram concluídos os investimentos da reestruturação tecnológica pertinente à melhoria da infraestrutura de servidores (Datacenter), com o objetivo de suportar o crescimento de usuários internos e serviços disponibilizados pela área de T.I. aos beneficiários da carteira. Melhorias em cibersegurança também foram o foco dessa reestruturação e são constantemente aprimoradas, proporcionando controles mais eficazes na gestão da rede interna/externa.

Os investimentos aplicados no referido projeto de reestruturação administrativa e demais adequações tecnológicas estão demonstrados a seguir.

	Valores em R$ Mil				
Expansão da Sede Social e Investimentos em Tecnologia da Informação	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**
Aquisição de Imóveis + custas da transferência de propriedade	-	775	-	441	457
Reformas e adequações dos imóveis da Sede Social e de mobiliário	291	264	905	-	-
Hardwares e Licenciamentos de Software *(aquisições, manutenções e suporte)*	100	138	169	328	451
Total	**391**	**1.177**	**1.074**	**769**	**908**

S.P.A. Saúde
O Plano de Saúde do Produtor Rural

3.2. Investimentos em Programas de Atenção Primária, Promoção e Prevenção em Saúde

O S.P.A. SAÚDE lançou em 2005 um programa diferenciado no segmento da saúde suplementar. Trata-se do Programa de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças. Essa estratégia foi sendo cada vez mais valorizada tornando-se, inclusive, um atrativo para novos beneficiários. No início o Programa foi implantado apenas em algumas associadas e atualmente abrange quase a totalidade delas, com milhares de beneficiários em Minas Gerais e São Paulo.

Em sua essência, o Programa, além de beneficiar diretamente os seus usuários, reduzindo o risco de doenças crônicas e melhorando a qualidade de vida, também gera impactos positivos na sustentabilidade financeira da operadora.

A experiência ao longo desses anos comprovou que a prevenção reduz a incidência de doenças graves que exigem tratamentos caros e prolongados, como internações, cirurgias e o uso contínuo de medicamentos de alto custo, além de fortalecer o vínculo com os beneficiários. Eles percebem a preocupação dos gestores do S.P.A. SAÚDE com o cuidado e bem-estar das pessoas. Ou seja, nossos beneficiários enxergam o plano não apenas como uma operadora de saúde, mas como uma parceira de saúde ao longo da vida, demonstrando a responsabilidade social do plano e, em última análise, contribui para uma gestão mais eficiente e sustentável.

Um beneficiário crônico sem gestão na sua condição de saúde pode ter um desfecho irreversível. Para o incremento do atendimento são contratadas empresas terceirizadas de atendimento domiciliar e pelo desenvolvimento do atendimento itinerante. O objetivo é levar ao beneficiário, em seu ambiente de trabalho e/ou domiciliar, os atendimentos antropométrico, laboratorial, médico e de outras terapias, diante do fator de ausência de rede credenciada.

Para aumentar o poder e capacidade de análise, é contínuo o processo de manutenção do PEP Prontuário Eletrônico do Paciente (software), preenchido pelas equipes externas e internas dos atendimentos das localidades onde estão implantados os programas e de outras novas áreas em que estes estão em fase de implantação. As ações se baseiam em planejamento e logística denominados módulos de atuações, por área de abrangência geográfica e área de atuação, facilitando a mobilidade e atuação dos gestores internos e terceirizados.

Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças

PROMOPREV

Em atenção à Instrução Normativa Conjunta nº 02, de 07/07/2010, e posteriores alterações, o S.P.A. SAÚDE registrou na ANS três programas específicos que são monitorados periodicamente. São eles: Programa de Hipertensão Arterial Sistêmica, PQVST – Programa de Qualidade de Vida e Saúde no Trabalho e S.P.A. Saúde Bem Cuidado em Domicílio.

Atualmente esses programas se encontram em fase de recadastramento junto à agência reguladora – ANS.

S.P.A. + SAUDÁVEL – Programas de Promoção da Cultura Institucional e Educação em Saúde

As atividades do Programa S.P.A. + Saudável visam trabalhar e gerenciar a carteira do S.P.A. SAÚDE em níveis de Promoção, Prevenção e Reabilitação com o atendimento domiciliar. Esta modalidade está implantada, no próprio S.P.A. SAÚDE e na maioria das Associadas.

Em função do cenário da pandemia e seus reflexos que impediram a realização de algumas ações, o S.P.A. SAÚDE resgatou sua atuação e atingiu a meta de 100% de atendimento junto às Associadas.

Medicina Preventiva e Monitoramento de Casos e Crônicos – MPM

O setor de Medicina Preventiva e Monitoramento de Casos e Crônicos – MPM, implantado no S.P.A. SAÚDE em 2023, é responsável em aplicar o protocolo de monitoramento em casos crônicos dos programas PROMOPREV e S.P.A.+ SAUDÁVEL.

Em 2024, o setor foi ampliado junto à Medicina Preventiva, que permitiu adicionar o restante da população de beneficiários em um Programa Preventivo. Isso vem permitindo obter um resultado mais eficaz na descoberta de doenças e encaminhamentos (para cada caso) em rede credenciada específica, evitando que o paciente fique sem acompanhamento ou seja penalizado com a não agilização de resultados em saúde.

Programa de Atenção Primária à Saúde

No cenário do ano vale destacar o envolvimento de toda a equipe voltado a um desafio inédito até então: a inauguração da Clínica S.P.A. SAÚDE, projeto desenvolvido com a parceria das associadas Minasul e Sicoob-Credivar, em Varginha-MG. Com infraestrutura moderna, equipe médica de qualidade vai garantir o atendimento das diferentes necessidades dos beneficiários, em um só lugar. A Clínica dentro do conceito de Atenção Primária à Saúde também vai atender os beneficiários do programa daquela região.

A Atenção Primária à Saúde - APS é o primeiro nível de atenção em saúde e se caracteriza por um conjunto de ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, que abrange a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação, a redução de danos e a manutenção da saúde com o objetivo de desenvolver

O Plano de Saúde do Produtor Rural

uma atenção integral que impacte positivamente na situação de saúde das coletividades. Essas ações se orientam pelos princípios da universalidade, da acessibilidade, da continuidade do cuidado, da integralidade da atenção, da responsabilização, da humanização e da equidade.

Os esforços seguem centrados na manutenção da rede de atendimento, na continuidade destes programas e em outros que visam a promoção de uma nova cultura comportamental. Os investimentos totais realizados nos programas de atenção primária, de promoção, prevenção e reabilitação em saúde no curso dos últimos cinco anos estão discriminados na tabela a seguir.

Valores em R$ Mil

Programas Regulatórios de Atenção à Saúde	2020	2021	2022	2023	2024
Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças	1.165	1.799	2.055	3.001	3.549
Programa de Atenção Primária à Saúde (Clínica em Varginha-MG) *	-	-	-	-	1.291
Total	**1.165**	**1.799**	**2.055**	**3.001**	**4.840**

*trata-se dos dispêndios inerentes à construção estrutural da Clínica S.P.A. SAÚDE em Varginha-MG, os respectivos bens patrimoniais para o funcionamento desta e suas despesas pré-operacionais/funcionamento.

4. DESEMPENHO OPERACIONAL

As considerações que seguem neste tópico tratarão sobre o desempenho econômico-financeiro do S.P.A. SAÚDE no exercício de 2024, analisado em comparação com o exercício anterior. Para melhor entendimento da evolução dos números, está destacado um período comparativo de cinco anos das rubricas de maior relevância e expressão da D.R.E. Gerencial. Nesta, eventualmente, alguns grupos de contas são realocados e agrupados sob uma perspectiva diferente da D.R.E. Societária, bem como a utilização de termos menos técnicos e mais usuais nas práticas de gestão, de maneira a atender às necessidades de informação e análises gerenciais, com maior clareza e transparência para o correto entendimento dos números.

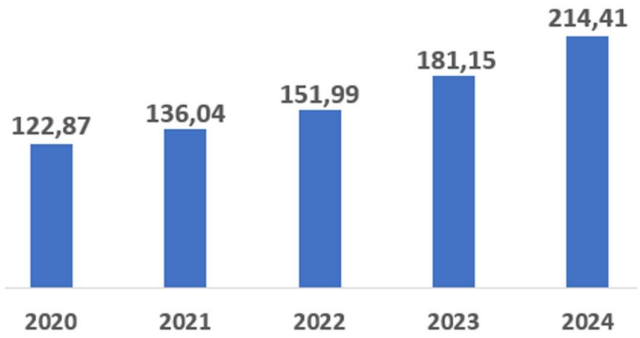
S.P.A. Saúde
O Plano de Saúde do Produtor Rural

4.1 Receitas com Operações de Planos de Assistência à Saúde

Contraprestações Emitidas Líquidas

Em 2024 as contraprestações emitidas (mensalidades) apresentaram um crescimento a ordem de **+18,36%** em relação a 2023. Além do fato da adesão de novos beneficiários aos planos de assistência à saúde, o aumento percentual das contraprestações é resultado, também, de reajuste aplicado de forma diferenciada entre os planos ofertados, a exemplo do que também ocorreu no ano anterior. Em setembro de 2023, os reajustes haviam sido à ordem de +25,15% sobre os planos Gold e Silver, +18,76% sobre os planos Regionais e +13,66% sobre os demais planos. Já em setembro de 2024, apenas duas diferenciações praticadas: +18,85% sobre os planos Gold e Silver e +16,05% sobre os demais planos.

Contraprestações Emitidas – R$ Milhões

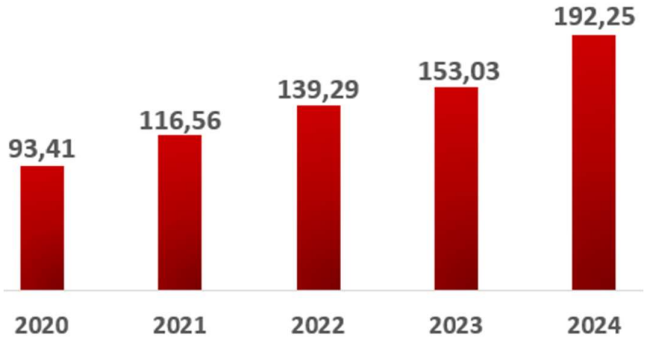


4.2 Despesas Líquidas de Assistência à Saúde

(Incluindo Operações de Corresponsabilidade)

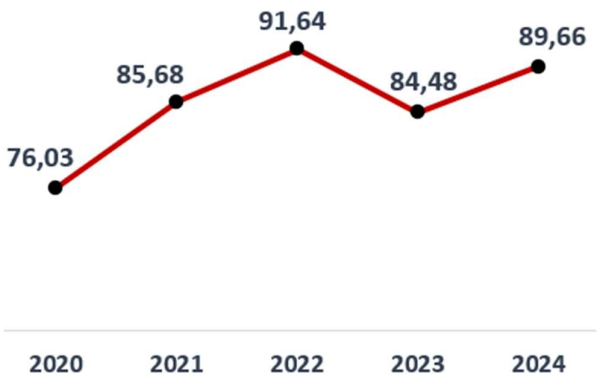
A exemplo do ocorrido em 2022, novamente o S.P.A. SAÚDE vivenciou uma grande variação nos custos assistenciais, apresentando uma elevação de **+25,62%** no ano de 2024. No fechamento de 2023, o aumento apurado foi de apenas um dígito, +9,87%. As razões desse aumento são de diversas ordens, conforme comentado nos itens 1 e 2.1: inflação do mercado da saúde, novas coberturas exigidas pela ANS, incremento na quantidade de procedimentos realizados e incorporação de inovações tecnológicas, novos medicamentos, a judicialização da saúde, a ocorrência de sinistros “outliers” cujo custo total está acima da média e das previsões razoáveis, além de oscilações positivas da Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados – PEONA.

Despesas Líquidas de Assistência à Saúde – R$ Milhões



A taxa de sinistralidade, que é a relação, expressa em porcentagem, entre a despesa assistencial e a receita de contraprestações (mensalidades) das operadoras de planos de saúde, apresentou aumento em relação ao ano de 2023, a ordem de **+5,18** pontos percentuais, encerrando 2024 em **89,66%**. A variação na sinistralidade é reflexo não somente de uma, mas de um conjunto de variáveis que afetam fortemente o desempenho e os resultados das operações de planos de assistência à saúde.

Sinistralidade %



4.3 Operações de Corresponsabilidade pela Gestão dos Riscos Decorrentes do Atendimento dos Beneficiários

As operações de corresponsabilidade em epígrafe objetivam viabilizar a cobertura de assistência à saúde, prevista contratualmente nos planos, em uma região geográfica na qual a operadora não possua vínculo direto com a rede prestadora de serviços assistenciais. No caso do S.P.A. SAÚDE, as outras operadoras indicadas para atendimento aos beneficiários de forma continuada

em determinadas regiões são as pertencentes à Rede Unimed. Por meio da RN 517/2022, a ANS deliberou sobre os registros contábeis de tais operações. As despesas líquidas dessas operações de compartilhamento de risco do ano de 2024 apresentaram aumento de **+14,37%** em relação ao ano de 2023 e estão discriminadas na tabela a seguir.

Operações de Corresponsabilidade Cedida – R$ Mil

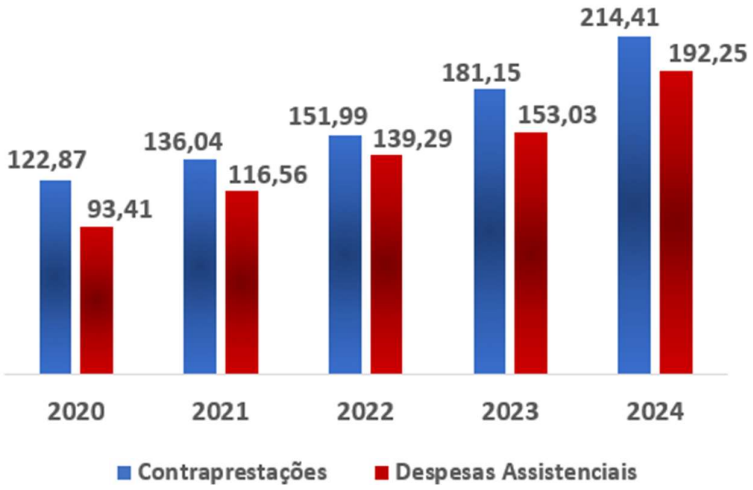
	2020	2021	2022	2023	2024
Corresponsabilidade Cedida *(com Operadora Unimed)*	36.549	46.925	54.246	59.577	68.140

4.4 Resultado das Operações com Planos de Assistência à Saúde

O resultado das operações com planos de assistência à saúde do ano de 2024 registrou uma queda de **-21,19%** em relação a 2023. O aumento da receita de mensalidades à ordem de +18,36%, ante ao percentual das despesas assistenciais líquidas de +25,62%, foi insuficiente para promover aumento desse resultado. A queda foi da ordem de R$ 5,96 milhões. Comparando os últimos exercícios, em 2020 o resultado das operações com planos de assistência à saúde representava 23,97% do total de mensalidades; em contrapartida, essa representatividade caiu para 14,32% e 8,36% em 2021 e 2022, respectivamente, à medida que os custos assistenciais passaram a elevar-se em todo o segmento da saúde suplementar. Em 2023, o percentual da margem de contribuição volta a elevar-se, representando 15,52% do total da receita de mensalidades, marcando a recuperação do setor. Porém, em 2024 essa representatividade diminui para 10,34%, evidenciando um cenário de alto custo similar ao ocorrido em 2022.

Resultado das Operações com Planos de Assistência à Saúde - R$ Milhões

Contraprestações e Despesas Assistenciais - R$ Milhões

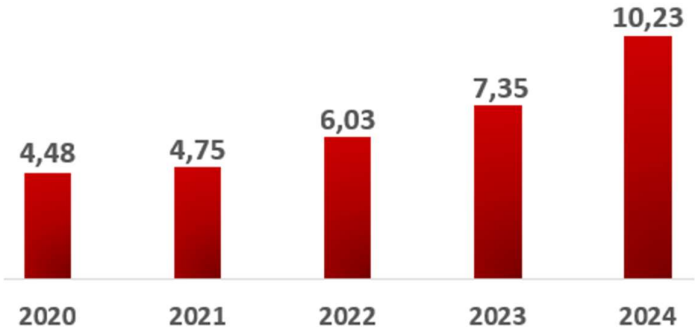


4.5 Outras Despesas Operacionais

Em "Outras Despesas Operacionais", o ano de 2024 apresentou um aumento de **+39,13%** na comparação com 2023. O grupo de despesas sobre esta rubrica engloba despesas de naturezas diversas, mas todas relacionadas diretamente com a atividade de planos de assistência à saúde, como por exemplo, despesas judiciais de eventos médico-hospitalares (contingências), despesas com o credenciamento da rede assistencial (hospitais, laboratórios, clínicas, consultórios e outros), taxas diversas cobradas pela rede assistencial previstas contratualmente, despesas com a cobrança de associadas, despesas com taxas administrativas pagas às associadas, despesas com provisão de perdas sobre créditos, despesas com programas regulatórios de atenção à saúde (promoção, prevenção e atenção primária) e outras.

Nesse grupo de despesas, os elementos com variação significativa em percentual e em número foram: as despesas com contingências judiciais de eventos (despesas assistenciais), as despesas com pagamento de taxas administrativas às Associadas e os dispêndios com Programas de Promoção e Prevenção em Saúde, sendo que esses representam, respectivamente, 17,46%, 30,26% e 35,63% das despesas totais registradas no grupo de Outras Despesas Operacionais.

Outras Despesas Operacionais – R$ Milhões



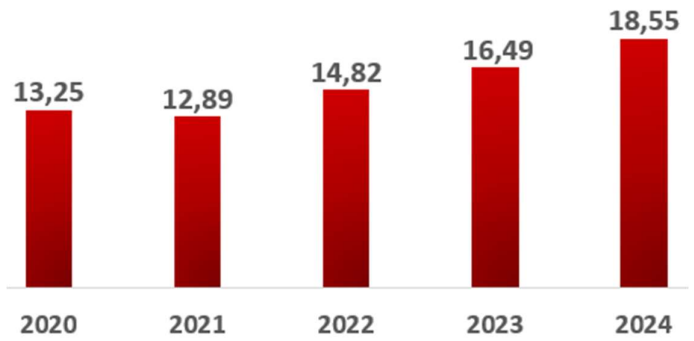
4.6 Despesas Administrativas

No fechamento de 2024, as despesas administrativas registraram aumento de **+12,52%** quando comparado ao ano anterior e representaram 8,65% do total das contraprestações líquidas (mensalidades). As despesas com pessoal próprio são o carro-chefe das despesas administrativas, com uma representatividade de 70%. Essas despesas tiveram um aumento de +10,56%, fruto de reajuste salarial de dissídio coletivo (4% em março de 2024), além de novas contratações e promoções; e, ainda assim, estiveram abaixo das previsões orçamentárias.

Outro fator que merece destaque nas Despesas Administrativas é o investimento em marketing, cujas iniciativas, ações e campanhas rendem bons frutos. Os investimentos realizados em publicidade e propaganda vêm elevando-se nos últimos anos. No entanto, em 2024 essas despesas representaram apenas 0,49% da receita líquida com mensalidades.

Nas demais despesas do grupo de Despesas Administrativas, a variação entre 2024 e 2023 foi da ordem de +15,63%, estando dentro dos limites orçamentários, não havendo nenhum fator relevante que mereça atenção nesta análise. No cômputo global, as despesas administrativas totais estiveram 9,97 pontos percentuais abaixo do orçado para o exercício.

Despesas Administrativas – R$ Milhões

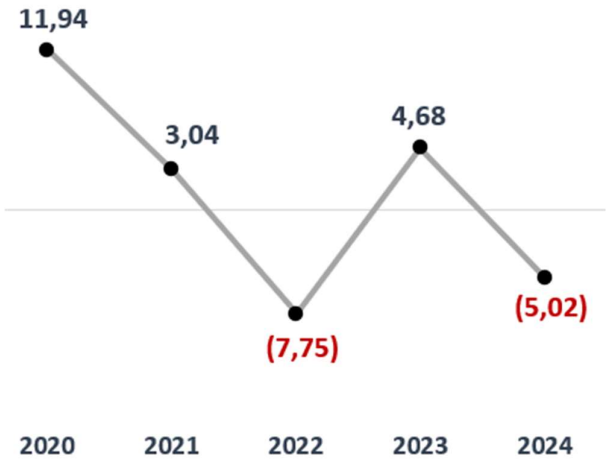


O Plano de Saúde do Produtor Rural

4.7 Resultado Operacional

Gerencialmente definido como o Resultado apurado sem considerar os Resultados Financeiro e Patrimonial, o Resultado Operacional deficitário de 2024 representou -2,34% do total das receitas líquidas de mensalidades. No ano anterior, esse resultado fora superavitário, em razão do cenário de recuperação da crise pela qual passou o segmento da saúde suplementar no pós-pandemia: superávit de +R$ 4,68 milhões contra, agora, um déficit de -R$ 5,02 milhões em 2024, representando uma variação de **-207,39%** entre esses resultados. O impacto do aumento das despesas assistenciais foi muito expressivo em 2024, refletindo significativamente na margem de contribuição e, consequentemente, no resultado operacional deste ano. Já em 2023, o superávit de R$ 4,68 milhões fora fruto de uma combinação favorável de variações envolvendo maior crescimento das Contraprestações (Mensalidades) contra baixo e/ou mediano crescimento das Despesas Líquidas de Assistência à Saúde Médico-Hospitalar, refletindo a recuperação da operação de planos, ante o cenário impactante de 2022.

Resultado Operacional – R$ Milhões



4.8 Resultado Financeiro Líquido

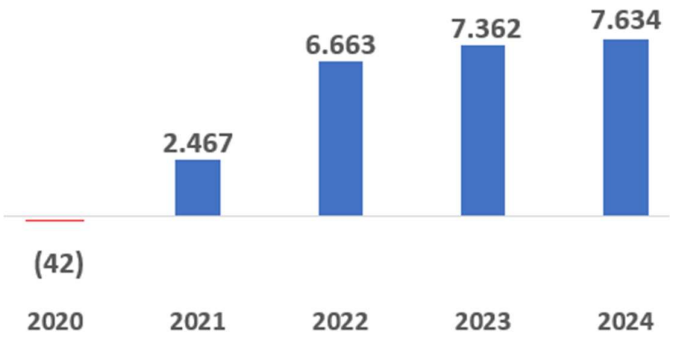
Em 2024, contando ainda com o contexto de mercado financeiro estável, com manutenção de taxa de juros elevada, além de outros fatores, o resultado financeiro líquido do S.P.A. SAÚDE apresentou um aumento discreto de **+3,69%** em comparação a 2023. Isso é fruto de **a)** fatores internos, como as diretrizes da Alta Administração que busca, com toda segurança de seu perfil de investidor conservador, otimizar rentabilidade e liquidez dos ativos financeiros com alocações de baixo risco, e **b)** fatores externos, como a estabilidade vivenciada pelo mercado financeiro e a prática de uma taxa de juros ainda alta, com a Selic iniciando o ano em 11,75%,

S.P.A. Saúde
O Plano de Saúde do Produtor Rural

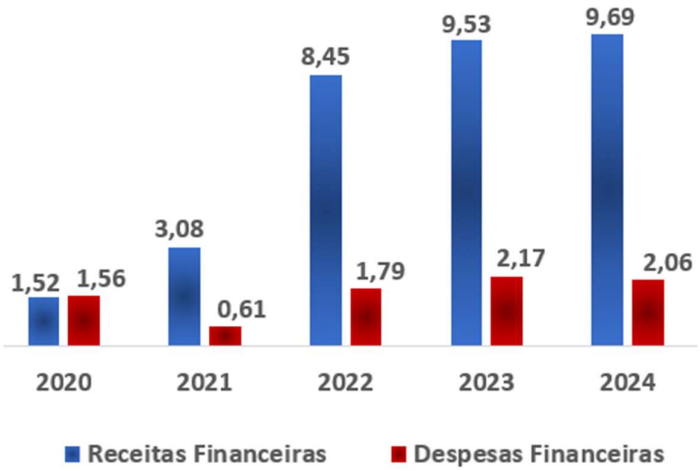
com movimento de discreta queda que perdurou até setembro e com retomada de aumento desde então, encerrando o ano em 12,25%, marcando um novo ciclo de aumento gradativo da taxa a se estender pelo ano de 2025.

Diante do cenário desfavorável que se apresentou em 2024, os ganhos financeiros contribuíram sobremaneira para amenizar o impacto dos elevados custos assistenciais sobre o resultado final, bancando inclusive parte das operações. Em 2023, ante o cenário menos crítico que se apresentou, os ganhos financeiros foram poupados.

Resultado Financeiro Líquido – R$ Mil



Receitas Financeiras e Despesas Financeiras – R$ Milhões



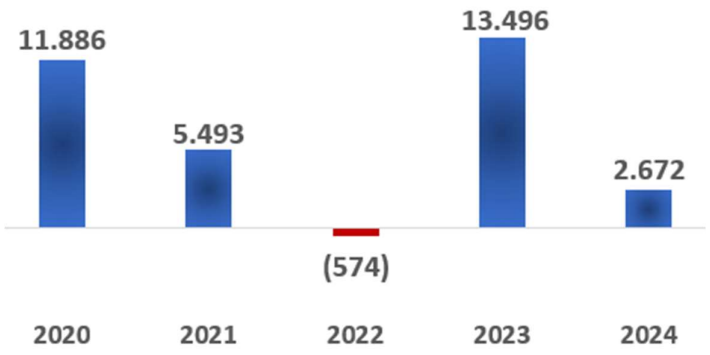
S.P.A. Saúde
O Plano de Saúde do Produtor Rural

4.9 Resultado Líquido

As diversas variáveis citadas nos tópicos anteriores, principalmente as elevadas despesas assistenciais, que culminaram em Resultado Operacional deficitário, fizeram com que o resultado líquido atingido em 2024 fosse bem mais modesto quando comparado a 2023.

Como citado no item 4.8 acima, dois terços (66%) do resultado financeiro foram consumidos para bancar a operação. Isso atenuou o impacto no resultado final, fazendo com que o ano de 2024 encerrasse em superávit da ordem de R$ 2,67 milhões, representando **1,25%** das receitas líquidas de mensalidades e uma queda de **-80,20%** em relação ao exercício anterior.

Resultado Líquido – R$ Mil



5. CAPACIDADE FINANCEIRA

Os indicadores econômico-financeiros do S.P.A. SAÚDE apurados no encerramento de 2024 atestam situação financeira muito sólida, corroborando a sustentabilidade, plena capacidade de continuidade das operações e manutenção dos objetivos estatutários.

Esses indicadores são elementos que tradicionalmente representam o conceito de análise de balanço. São cálculos efetuados a partir do balanço patrimonial e da demonstração de resultados, apurando índices que ajudem no processo de clarificação do entendimento da situação da empresa, em seus aspectos patrimoniais, financeiros e de rentabilidade.

O objetivo básico dos indicadores econômico-financeiros é evidenciar a posição atual da empresa, ao mesmo tempo em que tentam inferir o que pode acontecer em período futuro, caso a situação detectada pelos indicadores tenha sequência. Tais indicadores seguem na tabela a seguir e, comparados os últimos cinco anos para melhor entendimento da evolução dos índices, avalizam a supracitada afirmação:

S.P.A. Saúde
O Plano de Saúde do Produtor Rural

Indicadores Financeiros

	2020	2021	2022	2023	2024
Liquidez Geral	2,12	2,22	2,06	2,24	2,10
Liquidez Corrente	3,18	3,26	2,80	2,99	2,73
Liquidez Imediata	3,06	3,12	2,71	2,91	2,67
Capital Circulante Líquido (R$ Mil)	47.761	52.428	51.233	64.012	66.470
Rentabilidade do PL (ROE) %	23,39%	9,76%	-1,03%	19,49%	3,72%
Margem Operacional %	9,67%	4,04%	-0,38%	7,45%	1,25%
Suficiência do PL (R$ Mil)	21.170	23.392	17.264	45.850	44.167
Capital Regulatório	29.505	32.901	38.419	23.345	27.671
Patrimônio Líquido Ajustado	50.675	56.293	55.683	69.195	71.838

Os investimentos financeiros são realizados de acordo com as diretrizes do Conselho Deliberativo, que buscam, com segurança, otimizar rentabilidade e liquidez. Como os títulos e valores mobiliários do S.P.A. SAÚDE são destinados integralmente à cobertura de suas operações, sendo parte destes reservada exclusivamente à cobertura das provisões técnicas, estão classificados na categoria Títulos Disponíveis para Venda. E, nesse sentido, a entidade declara não possuir títulos e valores mobiliários classificados na categoria de Títulos Mantidos até o Vencimento.

Investimentos Financeiros – R$ Mil

	2020	2021	2022	2023	2024
RENDA FIXA	66.974	72.270	76.698	93.523	102.123
Aplicação de Liquidez Imediata	10.007	11.980	21.355	28.739	29.688
*Cotas de Fundo de Investimentos	10.007	11.980	21.355	28.739	29.688
Aplic. Garantidoras de Prov. Técnicas	20.137	24.432	31.659	37.242	40.734
*Fundo de Investimentos Dedicado ANS	20.137	24.432	31.659	37.242	40.734
Aplicações Livres	36.830	35.858	23.684	27.542	31.701
*Cotas de Fundo de Investimentos	36.830	35.858	23.684	27.542	31.701

Todos os ativos financeiros encontram-se alocados 100% na modalidade de Renda Fixa em observância às diretrizes emanadas pelo Conselho Deliberativo e respeitando o perfil de **investidor conservador** com alocações de **baixo risco.**

S.P.A. Saúde
O Plano de Saúde do Produtor Rural

6. POLÍTICA DE DESTINAÇÃO DE SUPERÁVITS

Considerando que o S.P.A. SAÚDE é uma associação com fins não econômicos, os superávits auferidos devem ser destinados à manutenção e desenvolvimento de seus objetivos sociais, sendo vedada a sua distribuição às Associadas, em face do disposto no § 3º do art. 12 da Lei nº 9.532/97.

7. SOBRE A NÃO OCORRÊNCIA DE OPERAÇÕES SUSPEITAS

Conforme determina o inciso III do artigo 11 da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, sobre a comunicação de operações suspeitas identificadas ao Conselho de Controle de Atividade Financeiras – COAF, **o S.P.A. SAÚDE declara a não ocorrência de tais operações nos exercícios de 2024 e anteriores.**

8. CAPITAL HUMANO

A Gestão de Recursos Humanos no S.P.A SAÚDE é definida pela capacitação, participação, envolvimento e desenvolvimento do capital humano, buscando a realização dos direitos, deveres e igualdade de oportunidades.

R.H. Estratégico

Missão

Ser o elo entre o S.P.A. SAÚDE e seus colaboradores, promovendo o alinhamento de interesses e gerando nível elevado de satisfação de todos os envolvidos.

Valores

- Olhar humanizado nas relações interpessoais;
- Promover a valorização humana e o desenvolvimento profissional por meio do conhecimento e da inovação, e
- Proporcionar credibilidade, respeito e integridade aos colaboradores através da Gestão de Recursos Humanos.

No encerramento de 2024, o quadro de pessoal estava composto por 94 colaboradores, apresentando relativa estabilidade, com variação de apenas +2,17% em relação a 2023. A evolução do número de colaboradores ao longo dos anos, conforme tabela a seguir, evidencia a

adequação do capital humano às necessidades de estrutura operacional diante do crescimento do S.P.A. SAÚDE.

A formação profissional do quadro é compatível com a política e exigência do plano de cargos e salários implantado e, alocados na sede social em São Paulo–SP, os colaboradores atuam em suas funções administrativas na estrutura departamental abaixo apresentada.

Quadro de Colaboradores

2020	2021	2022	2023	2024
73	79	86	92	94

Áreas Departamentais	Número de Colaboradores
Assessoria Médica e Programas de Saúde	13
Administração	4
Recursos Humanos	2
Comunicação	1
Contabilidade e Fiscal	2
Financeiro	3
Tecnologia da Informação	10
Técnico-Operacional	38
Relacionamento e Expansão	20
Superintendência	1

O plano de benefícios concedidos aos colaboradores é composto por:

- Plano de Saúde
- VR (Vale-refeição)
- Cesta Básica ou VA (Vale-alimentação)
- Auxílio Creche
- Seguro de Vida
- Day Off
- Programa de Medicina Preventiva e de Qualidade de Vida
- Vacinação contra gripe

Em relação à rotatividade de pessoal – Turnover -, o S.P.A. SAÚDE apresenta índice bastante favorável. Turnover refere-se à relação entre admissões e demissões ou à taxa de substituição de colaboradores antigos por novos.

O S.P.A. SAÚDE vem em crescente valorização do capital humano e com essa postura é possível perceber maior motivação e engajamento dos colaboradores, tendo as pesquisas de clima evidenciado um ambiente corporativo harmonioso e produtivo.

O equilíbrio entre os objetivos estratégicos e operacionais representa um grande desafio. Por isso a área de Recursos Humanos implementa práticas diversas de gestão de pessoas, como avaliação de desempenho, gestão do clima organizacional, desenvolvimento de competências, dentre outras, de forma a resultar em um ambiente de trabalho mais produtivo, em que os recursos são alocados de maneira mais eficaz, aumentando a capacidade da entidade em atingir seus objetivos estratégicos. Como uma via de mão dupla, a estratégia da Gestão de Recursos Humanos visa o desenvolvimento profissional dos colaboradores, proporcionando a participação destes no impulsionamento do crescimento do S.P.A SAÚDE.

9. PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE

Considerando a natureza jurídica do S.P.A. SAÚDE, não foram aplicados recursos em proteção ao meio ambiente, ressalvando, porém, a constante preocupação com a saúde do homem do campo. Atualmente, agregadas aos programas de promoção da saúde e prevenção de riscos de doenças, foram iniciadas campanhas de conscientização da necessidade de atenção à preservação ambiental.

10. PERSPECTIVAS PARA OS PRÓXIMOS EXERCÍCIOS

O cenário da autogestão em saúde, apesar das evoluções significativas nos últimos anos, deve continuar enfrentando as mesmas dificuldades que se acumulam historicamente: Alto custo dos procedimentos médico-hospitalares, envelhecimento da população e novas normas regulamentadoras do segmento. Soma-se a isso uma outra e séria preocupação: A judicialização da saúde. O número de liminares com pedidos que fogem às regras da ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar, que regula os planos de saúde no país, tem crescido substancialmente. Em sua maioria são solicitações não previstas nos contratos e regulamentos, gerando situações de desequilíbrio e aumento de custos que, em última análise, podem afetar a coletividade dos beneficiários.

Certo de que está na prevenção de doenças um dos principais caminhos não só na redução de custos, mas, acima de tudo, na melhora da qualidade de vida de seus beneficiários, o S.P.A. SAÚDE deve intensificar e abrir novos espaços para ações preventivas. A estratégia de Atenção

Primária à Saúde (APS), feita através de sua primeira clínica em Varginha-MG, surge como uma aliada eficaz promovendo a saúde, prevenindo doenças e o bem-estar dos beneficiários.

Paralelamente, o Programa de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças está presente na maioria de suas associadas. Esse programa faz a diferença no dia a dia de muitos de seus participantes que desconheciam ser portadores de doenças e passaram a ser tratados sem cobrança de coparticipação. Há casos que exigem rápidas intervenções cirúrgicas. O desconhecimento desses diagnósticos pode levar a graves consequências, com gastos elevados na assistência médica ou até a óbito do beneficiário.

Vários esforços vão estar voltados ao esclarecimento e conscientização do uso da telemedicina como um acesso moderno no atendimento à saúde. Além de permitir que pacientes em locais remotos ou com dificuldades de deslocamento recebam atendimento de qualidade, faz o monitoramento de doenças crônicas reduzindo complicações, melhora do tratamento diminuindo o uso de pronto-atendimento, ambiente de alta circulação de pacientes com diversas doenças infecciosas, aumentando a chance de contágio de vírus respiratórios e infecções.

Com o sucesso de adesão em anos anteriores, o S.P.A. SAÚDE dará continuidade às campanhas preventivas e de esclarecimento de seus beneficiários, em especial sobre câncer de próstata e de mama. Essa última já atingiu mais de 4.000 mulheres beneficiárias dos planos.

A instituição mantém seu foco voltado à regulação, governança e compliance, adaptando-se às normas legais para garantir transparência e eficiência em atuações sempre compartilhadas pelos integrantes de seus Conselhos Deliberativo, Fiscal e dirigentes de suas associadas.

S.P.A. Saúde
O Plano de Saúde do Produtor Rural

AGRADECIMENTOS

Os membros do Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e a Superintendência do S.P.A. SAÚDE reconhecem e agradecem pela dedicação, apoio e empenho de todos os envolvidos para que os resultados aqui apresentados fossem alcançados. Mantém-se a confiança no trabalho e a perseverança nos objetivos, para que os planos de assistência à saúde evoluam permanentemente e atinjam um número cada vez maior de beneficiários.

Agradecimentos especiais às associadas, equipe de colaboradores, rede assistencial, prestadores de serviços, fornecedores, beneficiários e demais parceiros.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2025

S.P.A. SAÚDE - SISTEMA DE PROMOÇÃO ASSISTENCIAL

Luiz Fernando Ribeiro

Presidente

Ricardo de Oliveira Garcia

Superintendente

S.P.A. Saúde
O Plano de Saúde do Produtor Rural

S.P.A. SAÚDE - SISTEMA DE PROMOÇÃO ASSISTENCIAL
CNPJ Nº 69.259.356/0001-40

RELATÓRIO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023

(Em Reais)

ATIVO	Nota Explicativa Nº	2024 R$	2023 R$
ATIVO CIRCULANTE		**104.807.276**	**96.217.180**
Disponível	**6**	**29.752.359**	**28.842.321**
Realizável		**75.054.917**	**67.374.859**
Aplicações Financeiras	**7**	72.434.821	64.784.097
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		40.733.755	37.241.994
Aplicações Livres		31.701.066	27.542.103
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		2.451.191	2.438.076
Contraprestação Pecuniária/Prêmio a Receber		552.046	697.549
Participação de Beneficiários em Eventos/Sinistros Indenizáveis		1.851.049	1.686.061
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	**8**	48.096	54.466
Créditos Tributários e Previdenciários		5.475	18.858
Bens e Títulos a Receber		99.970	99.622
Despesas Antecipadas		63.460	34.206
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**26.456.564**	**24.914.473**
Realizável a Longo Prazo	**9**	**20.137.345**	**19.943.016**
Depósitos Judiciais e Fiscais		20.137.345	19.943.016
Imobilizado	**10**	**6.319.219**	**4.971.457**
Imóveis de Uso Próprio		4.060.959	3.853.352
Imóveis - Não Hospitalares/Odontológicos		4.060.959	3.853.352
Imobilizado de Uso Próprio		1.200.572	939.039
Imobilizado - Não Hospitalares/Odontológicos		1.200.572	939.039
Imobilizações em Curso		-	179.066
Outras Imobilizações		1.057.688	-
Intangível	**11**	-	-
TOTAL DO ATIVO		**131.263.840**	**121.131.653**

As Notas Explicativas complementam estas Demonstrações Contábeis, sendo parte integrante das mesmas.

S.P.A. Saúde
O Plano de Saúde do Produtor Rural

S.P.A. SAÚDE - SISTEMA DE PROMOÇÃO ASSISTENCIAL
CNPJ Nº 69.259.356/0001-40

RELATÓRIO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023

(Em Reais)

PASSIVO	Nota Explicativa nº	2024 R$	2023 R$
PASSIVO CIRCULANTE		**38.337.192**	**32.205.065**
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	**12 e 13**	31.313.583	25.396.795
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para SUS		577.271	369.251
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para Outros Prestadores		11.626.093	9.034.726
Provisão para Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA)		19.110.219	15.992.818
Débitos de Operações de Assistência à Saúde		3.786.402	3.852.048
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde	**14**	3.759.826	3.811.005
Outros Débitos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		26.576	41.043
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	**16**	1.023.484	909.367
Débitos Diversos	**17**	2.213.723	2.046.855
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**21.025.137**	**19.697.142**
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde		753.342	1.106.122
Provisões de Eventos / Sinistros a Liquidar para o SUS		753.342	1.106.122
Provisões		20.271.795	18.591.020
Provisões para Ações Judiciais	**18 e 19**	20.271.795	18.591.020
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**71.901.511**	**69.229.446**
Patrimônio Social		69.229.446	55.733.402
Superávits/ Déficits Acumulados		2.672.065	13.496.044
TOTAL DO PASSIVO		**131.263.840**	**121.131.653**

As Notas Explicativas complementam estas Demonstrações Contábeis, sendo parte integrante das mesmas.

S.P.A. Saúde
O Plano de Saúde do Produtor Rural

S.P.A. SAÚDE - SISTEMA DE PROMOÇÃO ASSIS TENCIAL
CNPJ Nº 69.259.356/0001-40

RELATÓRIO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS – DRE
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023
(Em Reais)

Descrição	Nota Explicativa nº	2024 R$	2023 R$
Contraprestações Efetivas/Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde		**214.410.771**	**181.154.628**
Receitas com Operações de Assistência à Saúde	**21**	214.410.771	181.154.628
Contraprestações Líquidas / Prêmios Retidos		214.410.771	181.154.628
Eventos Indenizáveis Líquidos / Sinistros Retidos		**(192.247.582)**	**(153.033.593)**
Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados		(189.130.181)	(151.210.376)
Variação da Provisão de Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados		(3.117.401)	(1.823.217)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		**22.163.189**	**28.121.035**
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde	**22**	1.595.044	400.514
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde	**23**	(10.232.662)	(7.354.780)
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde		(6.666.576)	(4.353.925)
Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças		(3.549.512)	(3.001.083)
(-) Recuperação de Outras Despesas Operacionais de Assistência à Saúde		-	586
Provisão para Perdas sobre Créditos		(16.574)	(358)
RESULTADO BRUTO		**13.525.571**	**21.166.769**
Despesas Administrativas	**24**	(18.550.904)	(16.487.161)
Resultado Financeiro Líquido	**25**	**7.633.641**	**7.361.836**
Receitas Financeiras		9.692.525	9.536.992
Despesas Financeiras		(2.058.884)	(2.175.156)
Resultado Patrimonial	**26**	**63.757**	**1.454.600**
Receitas Patrimoniais		66.450	1.640.582
Despesas Patrimoniais		(2.693)	(185.982)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		**2.672.065**	**13.496.044**
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO	**20**	**2.672.065**	**13.496.044**

As Notas Explicativas complementam estas Demonstrações Contábeis, sendo parte integrante das mesmas.

S.P.A. Saúde
O Plano de Saúde do Produtor Rural

S.P.A. SAÚDE - SISTEMA DE PROMOÇÃO ASSISTENCIAL
CNPJ Nº 69.259.356/0001-40

RELATÓRIO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - DMPL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023

(Em Reais)

Descrição	Patrimônio Social R$	Superávit/Déficit do Exercício R$	Total R$
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**56.307.006**	**(573.604)**	**55.733.402**
Diminuição do Patrimônio Social com Déficit	(573.604)	573.604	-
Superávit do Exercício	-	13.496.044	13.496.044
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**55.733.402**	**13.496.044**	**69.229.446**
Aumento do Patrimônio Social com Superávit	13.496.044	(13.496.044)	-
Superávit do Exercício	-	2.672.065	2.672.065
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**69.229.446**	**2.672.065**	**71.901.511**

As Notas Explicativas complementam estas Demonstrações Contábeis, sendo parte integrante das mesmas.

O Plano de Saúde do Produtor Rural

S.P.A. SAÚDE - SISTEMA DE PROMOÇÃO ASSISTENCIAL
CNPJ nº 69.259.356/0001-40

RELATÓRIO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – DFC (MÉTODO DIRETO)
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023
(Em Reais)

Descrição	2024 R$	2023 R$
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
(+) Recebimento de Planos de Saúde	213.365.038	180.008.087
(+) Resgate de Aplicações Financeiras	9.930.000	43.154.297
(+) Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras	2.101.163	2.508.500
(+) Outros Recebimentos Operacionais	22.931.427	18.691.174
(-) Pagamentos a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde	(197.445.731)	(159.308.996)
(-) Pagamento de Pessoal	(8.337.256)	(7.492.694)
(-) Pagamento de Pró-labore	(243.642)	(214.955)
(-) Pagamento de Serviços Terceiros	(5.304.552)	(4.639.726)
(-) Pagamento de Tributos	(10.524.763)	(9.204.235)
(-) Pagamento de Processos Judiciais (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	(719.149)	(369.567)
(-) Pagamento de Promoção/Publicidade	(993.326)	(846.467)
(-) Aplicações Financeiras	(11.264.586)	(46.930.353)
(-) Outros Pagamentos Operacionais	(10.773.975)	(9.800.362)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	**2.720.648**	**5.554.703**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
(+) Recebimento de Venda de Ativo Imobilizado – Outros	66.450	81.055
(+) Outros Recebimentos das Atividades de Investimento	-	2.607.743
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado – Outros	(1.877.059)	(858.234)
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	**(1.810.609)**	**1.830.564**
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**910.039**	**7.385.267**
CAIXA - Saldo Inicial	**28.842.320**	**21.457.053**
CAIXA - Saldo Final	**29.752.359**	**28.842.320**
Ativos Livres no Início do Período	56.384.423	45.140.708
Ativos Livres no Final do Período	61.453.426	56.384.423
Aumento/(Diminuição) nas Aplicações Financeiras – RECURSOS LIVRES	5.069.003	11.243.715

As Notas Explicativas complementam estas Demonstrações Contábeis, sendo parte integrante das mesmas.

O Plano de Saúde do Produtor Rural

S.P.A. SAÚDE - SISTEMA DE PROMOÇÃO ASSISTENCIAL
CNPJ Nº 69.259.356/0001-40

RELATÓRIO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023
(Em Reais)

Descrição	2024 R$	2023 R$
Resultado Líquido do Exercício	**2.672.065**	**13.496.044**
Componentes do Resultado Abrangente	-	-
Resultado Abrangente do Exercício	**2.672.065**	**13.496.044**

As Notas Explicativas complementam estas Demonstrações Contábeis, sendo parte integrante das mesmas.

O Plano de Saúde do Produtor Rural

S.P.A. SAÚDE - SISTEMA DE PROMOÇÃO ASSISTENCIAL
CNPJ Nº 69.259.356/0001-40

RELATÓRIO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

O S.P.A. SAÚDE - SISTEMA DE PROMOÇÃO ASSISTENCIAL é uma pessoa jurídica de direito privado, constituída e organizada sob a forma de Associação com fins não econômicos, de natureza Assistencial, com sede e foro na cidade de São Paulo – SP, podendo abrir representações em quaisquer Estados da Federação, que tem por finalidade a realização de atividades assistenciais destinadas aos beneficiários de suas entidades associadas, no âmbito de sua cobertura geográfica.

Constituem objetivos sociais do S.P.A. SAÚDE - SISTEMA DE PROMOÇÃO ASSISTENCIAL, a serem cumpridos sob as formas fixadas no Estatuto e nas Resoluções de seus Órgãos competentes e/ou Regulamentos específicos:

I. Assegurar a cobertura de custos assistenciais a preço pré ou pós-estabelecido, por prazo indeterminado, com finalidade de garantir, sem limite financeiro, a assistência à saúde, pela faculdade de acesso e atendimento por profissionais ou serviços de saúde, livremente escolhidos, integrantes ou não de rede-credenciada ou própria, contratada ou referenciada, visando à assistência médica e hospitalar, a ser paga integral ou parcialmente pelo S.P.A. SAÚDE - SISTEMA DE PROMOÇÃO ASSISTENCIAL, mediante reembolso ou pagamento direto ao prestador, por conta e ordem do beneficiário, observada a opção efetuada;

II. Promoção de atividades de assistência à saúde, campanhas de prevenção de doenças e educativas, diretamente ou através de parcerias com entidades públicas ou privadas;

III. Manter Convênios de reciprocidade com entidades congêneres visando oferecer melhores condições de atendimento aos seus beneficiários, bem como de cooperação técnica com a AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR – ANS, Ministério da Saúde e outras organizações, com vistas a promover estudos e pesquisas em prol do sistema suplementar de assistência à saúde.

Gozam da qualidade de Associadas, podendo ao S.P.A. SAÚDE - SISTEMA DE PROMOÇÃO ASSISTENCIAL se associar, as Cooperativas, as Confederações, as Federações, os Sindicatos e as Associações de produtores rurais sediadas no âmbito de cobertura geográfica da assistência prestada.

Para efeito da realização dos objetivos sociais, consideram-se beneficiários titulares os respectivos Cooperados e Associados das entidades especificadas no parágrafo anterior.

O S.P.A. SAÚDE - SISTEMA DE PROMOÇÃO ASSISTENCIAL está classificado junto à AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR no segmento de autogestão não patrocinada.

NOTA 2 – ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades supervisionadas pela AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR – ANS e compreendem as normas emitidas pela ANS e os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela ANS, e estão sendo apresentadas em conformidade com os dispositivos estabelecidos pela Resolução Normativa da ANS - RN Nº 528 de 29/04/2022.

Os itens incluídos nas Demonstrações Contábeis são avaliados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Associação atua (moeda funcional). Tais Demonstrações Contábeis são apresentadas em reais, omitidos os centavos.

As presentes Demonstrações Contábeis foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Superintendência e Diretoria Executiva do S.P.A. SAÚDE em 12 de fevereiro de 2025.

NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1 – Base de Preparação e Apresentação

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas como mencionado em Nota nº 2. A elaboração das Demonstrações Contábeis em conformidade com a Resolução Normativa da ANS - RN Nº 528/2022 requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as Demonstrações Contábeis e estão divulgadas na Nota nº 4. Os ativos são registrados pelos montantes pagos em caixa ou equivalentes de caixa ou pelo valor justo dos recursos entregues para adquiri-los na data da aquisição. Os passivos são registrados pelos montantes dos recursos recebidos em troca da obrigação ou, em algumas circunstâncias (como, por exemplo, imposto de renda), pelos montantes em caixa ou equivalentes de caixa se espera serão necessários para liquidar o passivo no curso normal das operações.

A Administração informa que a Operadora possui recursos para garantir a continuidade de seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, estas Demonstrações Contábeis foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.

3.1.1 - Ativo Circulante - O Ativo Circulante está demonstrado pelos valores de custo deduzidos, quando aplicável, das correspondentes provisões para reduções ao valor recuperável.

3.1.1.1 - Caixa e equivalentes de Caixa - Disponibilidade

Caixa e equivalentes de caixa incluem o numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis.

3.1.1.2 - Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido, no caso de Ativo Financeiro ou Passivo Financeiro que não seja pelo valor justo, por meio do resultado, dos custos de transações que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data do Balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias: de Ativos Financeiros, mensurados pelo valor justo no resultado; investimentos, mantidos até o vencimento; empréstimos e recebíveis e Ativos Financeiros disponíveis para venda e Passivos Financeiros, mensurados a valor justo no resultado e outros Passivos Financeiros.

3.1.1.3 – Aplicações Financeiras

Os títulos e valores mobiliários possuem características de disponível para venda e estão acrescidos dos rendimentos financeiros (resultado) que se aproximam do valor justo.

3.1.1.4 – Contraprestação Pecuniária a Receber

As contraprestações pecuniárias a receber decorrentes das operações com Plano de Saúde correspondem aos valores das mensalidades a receber dos associados aos Planos de Saúde disponibilizados pelo S.P.A. SAÚDE.

Essas contraprestações são reconhecidas pelo valor justo, ou seja, reconhecidos pelo valor cobrado ou nominal. A constituição das provisões para perdas com esses créditos contempla as mensalidades vencidas há mais de 90 dias.

3.1.1.5 – Demais Créditos a Receber

Os outros créditos são reconhecidos pelo valor justo. A provisão para perdas com esses créditos contempla os títulos e créditos vencidos há mais de 90 dias.

3.1.2 - Ativo Não Circulante

3.1.2.1 – Realizável a Longo Prazo

Os valores dos depósitos judiciais são reconhecidos à medida do efetivo desembolso conforme determinação do Poder Judiciário. Não há constituição para provisão de perdas com os Depósitos Judiciais cuja expectativa de realização está atrelada à expectativa de desembolso estimado na provisão para contingência.

Os outros créditos são reconhecidos pelo valor justo. A provisão para perdas com esses créditos contempla os títulos e créditos vencidos há mais de 90 dias.

3.1.2.2 - Imobilizado

O Imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os Terrenos não são depreciados. A depreciação de outros Ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Descrição	***Anos***
Imóveis	25
Móveis e Utensílios	10
Equipamentos de Informática	5
Máquinas e Equipamentos	10
Veículos	5

3.1.3 – "Impairment" de Ativos não Financeiros

Os Ativos que estão sujeitos a amortização são revisados para verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por "impairment" é reconhecida quando o valor contábil do Ativo excede seu valor recuperável.

3.1.4 – "Impairment" de Ativos Financeiros

A Operadora avalia no final de cada período se há evidência objetiva de que o Ativo Financeiro ou grupo de Ativos Financeiros está deteriorado. Um Ativo ou grupo de Ativos Financeiros está deteriorado e os prejuízos de "impairment" são incorridos somente se há evidência objetiva de "impairment" como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do Ativo Financeiro ou grupo de ativo financeiro que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Operadora usa para determinar se há evidências objetivas de uma perda por "impairment" incluem:

i. Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
ii. Quebra de Contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal, e
iii. O desaparecimento de um mercado ativo para aquele Ativo Financeiro devido às dificuldades financeiras.

3.1.5 - Passivo Circulante e Não Circulante - É demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

3.1.5.1 – Eventos a Liquidar Para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais

Os eventos a liquidar são as obrigações a pagar pelos serviços prestados pela rede credenciada no atendimento aos associados dos Planos de Saúde disponibilizado pela Operadora, sendo que o prazo médio de pagamento não é superior a 30 dias.

Esses eventos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, considerando como tal os valores dos serviços estabelecidos em cláusulas contratuais.

Os eventos a liquidar provenientes do Ressarcimento ao SUS são registrados pelos valores notificados pela AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR – ANS atendendo as diretrizes da Instrução Normativa ANS – IN Nº 25, de 29 de abril de 2022 da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e as normas e procedimentos estabelecidos na RN Nº 528/2022. Alguns destes eventos encontram-se devidamente atualizados com os encargos financeiros até a data de seu respectivo depósito judicial, haja vista serem obrigações vencidas, as quais a Operadora vinha questionando judicialmente a legalidade das cobranças desse ressarcimento.

3.1.5.2 – Débitos a Liquidar para Operadoras de Plano de Assistência Médico-Hospitalar

Os débitos a liquidar para Outras Operadoras são as obrigações oriundas das operações de corresponsabilidade – cedida e em modalidade de pós-pagamento - pela gestão dos riscos decorrentes do atendimento dos associados dos Planos de Saúde disponibilizados pela Operadora.

As contraprestações a pagar pela corresponsabilidade cedida são reconhecidas pelo valor justo, cujos valores dos serviços prestados por outras Operadoras estão estabelecidos em cláusulas contratuais, sendo o prazo médio de pagamento não superior a 30 dias.

3.1.5.3 - Tributos e Contribuições a Recolher

Os tributos e contribuições a recolher são registrados a partir do conhecimento do seu fato gerador.

3.1.5.4 – Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como Passivo Circulante se o pagamento for devido no período de até um ano (ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, são apresentados como Passivo não Circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado como o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, sendo que o prazo médio de pagamento não é superior a 30 dias.

3.1.5.5 – Provisões

As provisões envolvendo as operações de assistência à saúde são calculadas com base nos critérios estabelecidos pela AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR – ANS.

As provisões para Ações judiciais trabalhistas, cíveis e fiscais são reconhecidas quando a Entidade: (i) tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; (iii) o valor tiver sido estimado com segurança.

A provisão de férias é constituída com base na remuneração dos empregados, incluindo as férias vencidas e proporcionais e os encargos sociais correspondentes.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.1.6 - Patrimônio Social

O Patrimônio Social compreende o Patrimônio Social inicial, acrescido dos valores dos superávits e diminuído dos déficits ocorridos.

3.1.7 - Reconhecimento da Receita

(a) Contraprestação Pecuniária de Assistência à Saúde

As Contraprestações efetivas são apropriadas à receita no último dia do mês, considerando-se o período de cobertura do risco por meio do cálculo “pró-rata-die”.

(b) Receita Financeira

As receitas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

NOTA 4 – JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS SIGNIFICATIVAS

Na elaboração das Demonstrações Contábeis foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para a contabilização de certos Ativos e Passivos e outras transações, e no registro das receitas e despesas dos períodos. A definição dos julgamentos, estimativas e premissas contábeis adotadas pela Administração foi elaborada com a utilização das melhores informações disponíveis na data das referidas Demonstrações Contábeis, envolvendo experiência de eventos passados, previsão de eventos futuros, além de auxílio de especialistas, quando aplicável.

As Demonstrações Contábeis incluem, portanto, várias estimativas, mas não se limitando a seleção de vida útil dos bens do Imobilizado, atualizações de débitos fiscais parcelados e ainda não consolidados, provisões fiscais, trabalhistas e cíveis e o valor justo dos imóveis e dos instrumentos financeiros.

NOTA 5 – GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

As atividades da Operadora se expõem a alguns riscos financeiros: Risco de Crédito e Risco de Liquidez:

a. Risco de Crédito

O risco de crédito decorre de Caixa e equivalentes de Caixa, instrumentos financeiros, depósitos em instituições financeiras, bem como de exposição de créditos a receber dos associados. Para as instituições financeiras são aceitos somente títulos considerados recebíveis. Em relação aos créditos a receber de associados, respeitando as normas do órgão regulador do mercado de Planos de Saúde, a prestação dos serviços aos associados está condicionada à sua pontualidade no pagamento da mensalidade.

b. Risco de Liquidez

A previsão do Fluxo de Caixa é realizada pela Gerência Financeira através da monitorização das previsões orçamentárias para assegurar que a Operadora tenha Caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais.
O excesso de Caixa mantido pela Operadora, além do saldo exigido para administração do Capital Circulante, é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos de valores mobiliários, escolhendo vencimentos apropriados ou liquidez para fornecer margem suficiente conforme as referidas previsões.

NOTA 6 – DISPONÍVEL

Estão compostos da seguinte forma, em 31 de dezembro de 2024 e de 2023:

Descrição	***2024*** ***R$***	***2023*** ***R$***
Caixa	5.411	2.206
Numerário em Trânsito	39.004	61.007
Bancos Conta Movimento	20.159	39.712
Aplicações de Liquidez Imediata **(a)**	29.687.785	28.739.396
Total	**29.752.359**	**28.842.321**

(a) Correspondem às aplicações financeiras efetuadas no mercado financeiro, em fundos de investimentos de renda fixa e que estão livres para movimentação do S.P.A. SAÚDE, sendo movimentadas nas operações diárias de seu fluxo de caixa.

NOTA 7 - APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras estão apresentadas a seguir e estão classificados na categoria “Títulos Disponíveis para Venda”, como segue:

Descrição	*2024 R$*	*2023 R$*
Aplicação de Liquidez Imediata (Nota Nº 6)	**29.687.785**	**28.739.396**
Cotas de Fundo de Investimentos	29.687.785	28.739.396
Aplicações Financeiras de Natureza Não Imediata	**72.434.821**	**64.784.097**
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas (a)	**40.733.755**	**37.241.994**
Fundo de Investimentos Dedicado ANS	40.733.755	37.241.994
Aplicações Livres	**31.701.066**	**27.542.103**
Cotas de Fundo de Investimentos	31.701.066	27.542.103
Total em Renda Fixa	**102.122.606**	**93.523.493**

(a) Em atendimento à Resolução Normativa RN Nº 521 de 29/04/2022, alterada pela RN Nº 573 de 28/02/2023, da ANS, os Ativos Garantidores das Provisões Técnicas são compostos por aplicações financeiras para Lastro e Vinculadas em Fundo de Investimento Dedicado à própria ANS.

Os títulos e valores mobiliários da Operadora são destinados integralmente à cobertura de suas operações, sendo que parte deles destinados exclusivamente à cobertura das Provisões Técnicas.

NOTA 8 – OUTROS CRÉDITOS DE OPERAÇÃO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Estão compostos da seguinte forma:

Descrição	*2024 R$*	*2023 R$*
Créditos com Recuperação de Despesas de Assist. à Saúde	-	14.521
Outros Créditos Operacionais	55.657	46.172
(-) Provisão para Perdas sobre Créditos	(7.561)	(6.227)
Total	**48.096**	**54.466**

NOTA 9 - REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, está demonstrado da seguinte forma:

Descrição	*2024 R$*	*2023 R$*
Depósitos Judiciais e Fiscais - Tributos **(a)**	17.877.095	17.877.095
Depósitos Judiciais - Cíveis	829.127	340.022
Depósitos Judiciais – ANS – Ressarcimento SUS/ TSS / Outros	1.431.123	1.725.899
Outros Créditos a Receber a Longo Prazo	-	-
- Execução Judicial Pessoa Jurídica **(b)**	94.090	94.090
- Execução Judicial Pessoa Física **(c)**	232.544	232.544
- (-) Provisão para Perdas sobre Créditos	(326.634)	(326.634)
Total	**20.137.345**	**19.943.016**

(a) Autos de Infração – ISSQN

Referem-se aos depósitos judiciais realizados nos meses de janeiro e novembro de 2020, e complementos em junho e novembro de 2021, ante às execuções fiscais interpostas pela Prefeitura do Munícipio de São Paulo, com referência aos autos de infração do ISSQN citados na Nota Explicativa nº 19.

(b) Execução Judicial de Pessoa Jurídica

Refere-se à associada – COOP. DE LATICINIOS DE SÃO CARLOS E RIO CLARO – COLASCRI - em Execução Judicial, tendo sido constituída provisão total para riscos de perdas dos créditos a receber, tendo em vista o Parecer da Assessoria Jurídica.

(c) Execução Judicial de Pessoa Física

A entidade vinha contestando judicialmente a legalidade da contribuição previdenciária incidente sobre os pagamentos efetuados a autônomos e a Cooperativas de Trabalho Médico, bem como os Ressarcimentos ao SUS - AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - mediante depósito judicial. Em quatro de janeiro de 2001, foi interposto Requerimento de Instauração de Inquérito Policial em face de conduta perpetrada por DOMINGOS BENEDITO VALARELLI pela apropriação indébita do numerário destinado aos recolhimentos dos Depósitos Judiciais. O Processo foi transitado em julgado, restando apenas a penhora dos bens do Réu. Considerando o Parecer dos Assessores Jurídicos, é remota a possibilidade de o S.P.A. SAÚDE conseguir realizar esse crédito, tendo sido, portanto, constituída provisão total para perda na realização desse crédito.

NOTA 10 - IMOBILIZADO

Nas Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2024 e de 2023, os bens do Ativo Imobilizado estão representados da seguinte forma:

Descrição	*Custo R$*	*Depreciação R$*	*Líquido 2024 R$*	*Líquido 2023 R$*
Imóveis de Uso Próprio – Não Hospitalares	5.590.805	(1.529.846)	4.060.959	3.853.352
Bens Móveis – Não Hospitalares	2.174.122	(973.550)	1.200.572	939.039
Móveis e Utensílios	490.148	(183.376)	306.772	350.199
Equipamentos de Informática	1.137.318	(587.535)	549.783	154.373
Máquinas e Equipamentos	179.649	(71.819)	107.830	124.877
Veículos	367.007	(130.820)	236.187	309.590
Imobilização em curso	-	-	-	179.066
Outras Imobilizações **(a)**	1.057.688	-	1.057.688	-
Total	**8.822.615**	**(2.503.396)**	**6.319.219**	**4.971.457**

(a) Referem-se às Benfeitorias em Imóvel de Terceiro, inerentes às instalações da Clínica de APS – Atenção Primária à Saúde - construída no município de Varginha-MG, bem como aos respectivos bens patrimoniais para o funcionamento desta.

NOTA 11 - INTANGÍVEL

Refere-se aos gastos com software próprio, o qual está totalmente amortizado, como segue:

Descrição	*Custo R$*	*Amortização R$*	*Líquido 2024 R$*	*Líquido 2023 R$*
Sistema de Computação	2.273.495	(2.273.495)	-	-
Total	**2.273.495**	**(2.273.495)**	**-**	**-**

NOTA 12 - PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

A Resolução Normativa - RN Nº 574 de 28 de fevereiro de 2023, da Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR – ANS dispõe sobre os critérios de constituição de Provisões Técnicas a serem observados pelas Operadoras de Planos Privados de Assistência à Saúde.

a) Provisão de Eventos a Liquidar

É constituída para fazer frente aos valores a pagar por eventos avisados até a data de 31 de dezembro de 2024, independentemente da emissão ou não do documento fiscal pelo prestador de serviços.

Os eventos indenizáveis provenientes do Ressarcimento ao SUS são reconhecidos mensalmente com base nos valores das notificações dos Avisos de Beneficiários Identificados (ABI), reduzidos pelo percentual histórico de cobrança individual da Operadora (% hc), bem como com base nos avisos de cobrança (GRU). Mensalmente, por ocasião da extinção de processos judiciais existentes, é realizada a baixa de algumas das obrigações com esses eventos, as quais a Operadora vinha questionando judicialmente a legalidade das referidas cobranças.

b) Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)

A Resolução Normativa RN nº 160/2007, da Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR – ANS, tornou obrigatória a constituição da Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA). Enquanto não aprovada a metodologia de cálculo definida em Nota Técnica Atuarial, as Operadoras devem calcular a PEONA a partir de percentuais aplicados sobre o total de contraprestações emitidas líquidas e do total de eventos indenizáveis dos últimos 12 (doze) meses, ambos na modalidade de preço preestabelecido. Em 31 de dezembro de 2024, a Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) foi calculada de acordo com o artigo 11 da supracitada Resolução Normativa RN Nº 574/2023.

c) Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) - SUS

Em 31 de dezembro de 2024, a PEONA SUS encontra-se integralmente constituída de acordo com as disposições da RN Nº 574/2023. Até dezembro de 2021, vinha sendo constituída de forma gradual e linear, de acordo com os artigos 12-A e 20-A e Anexo VIII da RN nº 393/2015 (revogada pela RN Nº 574/2023) da Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR – ANS. Desde 31 de janeiro de 2022 a referida provisão foi constituída em sua integralidade.

d) Provisão de Prêmios ou Contribuições Não Ganha

A Provisão de Prêmio ou Contribuição Não Ganha é constituída pelo valor mensal cobrado pela Operadora para cobertura de risco contratual da vigência iniciado em determinado mês, apropriada a Receita de Contraprestação, no último dia do mês de competência, pelo risco já decorrido no mês.

NOTA 13 - MOVIMENTAÇÃO DAS CONTAS DE PROVISÕES TÉCNICAS E EVENTOS A LIQUIDAR

Descrição	*Saldo de Abertura R$*	*Constituições R$*	*Reversões Baixa R$*	*Saldo Final R$*
Provisão de Contraprestação Não Ganha	-	215.079.727	215.079.727	-
Provisão de Eventos a Liquidar para o SUS	369.251	694.121	486.101	577.271
Provisão de Eventos a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais	9.034.726	134.306.184	131.714.817	11.626.093
Provisão p/ Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) – Outros Prestadores	15.398.143	3.484.909	10.725	18.872.327
Provisão p/ Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) – SUS	594.675	27.783	384.566	237.892
TOTAL	**25.396.795**	**353.592.724**	**347.675.936**	**31.313.583**

NOTA 14 - OPERADORAS DE PLANOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR

Em 31 de dezembro de 2024, os valores totais a pagar às Operadoras de Planos de Saúde referentes às operações de corresponsabilidade cedida - no compartilhamento da gestão de risco decorrentes do atendimento de seus beneficiários, foram:

Descrição	*Saldo de Abertura R$*	*Constituições R$*	*Reversões Baixa R$*	*Saldo Final R$*
Intercâmbio a Pagar de Corresponsabilidade Cedida – Modalidade de pós-pagamento	3.811.005	76.279.613	76.330.792	3.759.826
TOTAL	**3.811.005**	**76.279.613**	**76.330.792**	**3.759.826**

NOTA 15 - CORRESPONSABILIDADE CEDIDA

Desde o exercício de 2018, em cumprimento às determinações da Resolução Normativa RN Nº 430/2017 e posteriormente pela RN n° 517/2022, que dispõe sobre as operações de compartilhamento da gestão de riscos envolvendo operadoras de planos de assistência à saúde, o S.P.A. SAÚDE registra suas operações de corresponsabilidade na gestão dos riscos decorrentes do atendimento de seus beneficiários, conforme contratos estabelecidos com Operadoras de Plano de Assistência Saúde da rede Unimed, na modalidade de pós-pagamento, as quais disponibilizam - aos beneficiários do S.P.A. SAÚDE - acesso continuado aos serviços oferecidos por sua rede prestadora de serviços de assistência à saúde.

Para as informações do quadro a seguir, esclarece-se que o S.P.A. SAÚDE opera, exclusivamente:

a) planos de saúde coletivos por adesão e coletivos empresariais;
b) planos de saúde com cobertura assistencial com preço preestabelecido, e
c) planos de saúde regulamentados (planos "depois da Lei nº 9.656/98").

Além disso, realiza, no compartilhamento da gestão de riscos (decorrentes do atendimento de beneficiários) envolvendo operadoras de planos de assistência à saúde, única e exclusivamente:

a) operações de corresponsabilidade cedida, e
b) operações de corresponsabilidade em preço pós-estabelecido.

As informações sobre corresponsabilidade cedida em 2024 e 2023 estão demonstradas a seguir:

Contraprestações de Corresponsabilidade Cedida de Assistência à Saúde (Médico-Hospitalar)	Corresponsabilidade Cedida em Preço Pós-Estabelecido	
	2024 ***R$***	***2023*** ***R$***
1 - Cobertura Assist. com Preço Preestabelecido		
- Planos Coletivos por Adesão depois da Lei	58.140.371	52.509.725
- Planos Coletivos Empresariais depois da Lei	9.999.962	7.067.654
Total	**68.140.333**	**59.577.379**

Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados de Assistência à Saúde (Médico-Hospitalar)	Carteira Própria (beneficiários da operadora)	
	2024 ***R$***	***2023*** ***R$***
1 - Cobertura Assist. com Preço Preestabelecido		
- Planos Coletivos por Adesão depois da Lei	111.739.543	84.639.725
- Planos Coletivos Empresariais depois da Lei	9.250.305	6.993.272
Total	**120.989.848**	**91.632.997**

NOTA 16 - TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, estão compostos da seguinte forma:

Descrição	***2024*** ***R$***	***2023*** ***R$***
INSS a Recolher	246.188	225.379
FGTS a Recolher	77.366	72.961
PIS s/ Folha a Recolher	6.581	9.175
ISS Retido de Terceiros	10.558	5.173
IRRF a Recolher	305.405	272.226
CSRF (Retenção 4,65%) a Recolher	355.765	291.834
COFINS s/ Rendimentos Financeiros a Recolher	21.621	32.620
Total	**1.023.484**	**909.367**

NOTA 17 – DÉBITOS DIVERSOS

Estão compostos da seguinte forma:

Descrição	***2024*** ***R$***	***2023*** ***R$***
Obrigação com Pessoal	1.429.300	1.356.623
Fornecedores	677.342	476.156
Outros Débitos a Pagar	107.081	214.076
Total	**2.213.723**	**2.046.855**

NOTA 18 – PROVISÕES PARA AÇÕES JUDICIAIS

O S.P.A. SAÚDE avalia suas Contingências Ativas e Passivas através das determinações emanadas das disposições e critérios estabelecidos no Pronunciamento CPC nº 25, do COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC, aprovado pela Resolução Normativa RN Nº 528/2022, da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS. Para fins de classificação dos Ativos e Passivos em contingentes ou não, este CPC usa os termos praticamente certo, provável, possível e remoto com os seguintes conceitos:

(a) ***Acordo*** - evento acordado entre as partes.

(b) ***Provável*** - a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é maior do que a de não ocorrer.

(c) ***Possível*** - a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é menor que provável, porém, maior que remota.

(d) ***Remota*** - a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é pequena.

O S.P.A. SAÚDE possui Processos Judiciais de natureza cível, fiscal e previdenciária. A posição desses Processos está demonstrada por riscos de possíveis ganhos ou perdas avaliadas pelos Assessores Jurídicos, como segue:

Contingências Ativas

Probabilidade de Ganho - R$

Natureza	***Quant.***	***Remota***	***Possível***	***Provável***	***2024 Total***	***2023 Total***
Fiscais **(a)**	18	496.396	586.438	2.110.936	3.193.770	3.135.766
Cíveis **(b)**	10	232.544	427.447	2.570.998	3.230.989	3.215.636
Total	**28**	**728.940**	**1.013.885**	**4.681.934**	**6.424.759**	**6.351.402**

(a) Correspondem, em sua maioria, aos Processos envolvendo i) Ressarcimentos ao SUS e Taxa de Saúde Suplementar – TSS, cujos valores são objeto de depósitos judiciais, ii) União Federal - Fazenda Nacional – referente à repetição do indébito de contribuições previdenciárias sobre serviços tomados de profissionais autônomos e iii) Prefeitura do Município de São Paulo referente execução fiscal dos autos de infração do tributo ISS, conforme trata a Nota nº 19.

(b) Correspondem aos valores das Ações de Execução Judicial comentados em Nota Explicativa nº 9 (b) e (c), cujos valores já se encontram reconhecidos, além de outras ações movidas contra pessoas físicas (beneficiários) e pessoas jurídicas do segmento de prestação de serviços e de fornecimento de medicamentos.

Contingências Passivas

Probabilidade de Perda – R$

Natureza	*Quant.*	*Remota*	*Possível*	*Provável*	*Total*	*2024 Perda Constit.*	*2023 Perda Constit.*
Cível	123	167.698	2.629.373	2.192.440	4.989.511	2.192.440	569.669
Trabalhista	1	-	69.589	-	69.589	-	-
Fiscal	28	243.398	4.293	-	247.691	-	-
Total	**152**	**411.096**	**2.703.255**	**2.192.440**	**5.306.791**	**2.192.440**	**569.669**

Com base na avaliação dos seus Assessores Jurídicos, a Administração do S.P.A. SAÚDE constituiu provisão no montante de R$ 2.192.440 para contingências para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024**.**

NOTA 19 – TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER (E.L.P.)

Correspondem aos valores dos Autos de Infração nºs 67.147.046 / 67.147.224 / 67.148.280 / 67.147.399 / 67.147.461 / 67.148.395 / 67.147.917 / 67.147.950 / 67.148.018 / 67.148.050 / 67.149.740 / 67.149.782 / 67.149.847 e 67.149.910, da PMSP - PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - lavrados contra o S.P.A. SAÚDE, em 11/12/2015, os quais se referem ao pleito da PMSP sobre o ISS – Imposto Sobre Serviços - enquadramento tributário: Art. 16, da Lei nº 13701/2003, inerentes aos meses de competência 01/2010 a 12/2014, e, devidamente corrigidos com multa, juros e atualização monetária. Subsidiada pela Assessoria Jurídica, a Administração da Operadora, pelo fato de o S.P.A. SAÚDE ser uma Autogestão, classificada como tal pela AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR – ANS, entende que as contraprestações recebidas de suas Associadas não constituem fato gerador do ISSQN, e, por isso protocolou junto a Prefeitura recurso administrativo contra os citados Autos. Apesar deste entendimento, conservadoramente, a Administração da Operadora optou pelo seu registro.

Em 05 de dezembro de 2017 a PMSP efetuou a inscrição dos valores dos Autos de Infração supracitados em dívida ativa e, posteriormente, em janeiro de 2018, realizou cobranças extrajudiciais, bem como cobranças judiciais, por meio de execuções fiscais. Em face dessa posição da Prefeitura, a Operadora interpôs, com respaldo do Código Tributário Nacional, que em seu art. 150, III, expressa que os recursos suspendem a exigibilidade dos tributos, Ação

Declaratória de Inexistência de Crédito Constituído, tendo em vista que a Municipalidade, até então, não havia apreciado os recursos administrativos que foram interpostos, inclusive das alegações, em preliminar, de sua tempestividade e inobservância do princípio da motivação. Nos autos das execuções ajuizadas o S.P.A. SAÚDE ingressou com Exceções de Pré-Executividade e conseguiu, no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, a suspensão dos protestos encaminhados pela Municipalidade, tendo o desembargador-relator reconhecido que os recursos administrativos interpostos e ainda não apreciados sustam a liquidez e a certeza das cobranças, reconhecendo, portanto, os argumentos da Operadora. Todavia, no curso do exercício de 2019, a PMSP apreciou os referidos recursos, indeferindo o pleito do S.P.A. SAÚDE, o que prejudica a decisão supracitada.

Em reunião ordinária do Conselho Deliberativo de 19 de dezembro de 2019, foi decidida a realização de depósitos judiciais referentes aos Autos de Infração ajuizados pela Municipalidade.

Diante do desajuizamento administrativo e execuções fiscais interpostas pela PMSP, o S.P.A. SAÚDE realizou depósitos judiciais em sua integralidade, nos meses de janeiro e novembro de 2020, apresentando os embargos às referidas execuções. Em abril e maio de 2021, a Municipalidade solicitou o complemento de depósitos relativos aos honorários advocatícios em três Execuções Fiscais em curso: em apenas uma delas houve deferimento para realização do complemento pleiteado. Dessa forma, o montante total depositado judicialmente passou a ser da ordem de R$ 17.877.095. Atualmente o processo aguarda o julgamento de embargos à execução, a conclusão de trabalhos e despachos da fase de provas periciais e o desfecho pós-encaminhamento ao STJ.

Para o período não autuado pela Prefeitura - 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2024 – encontram-se prescritos os anos de 2015 a 2019. Nesse sentido, considerando apenas o período passível de autuação – últimos cinco anos (1º de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2024) -, o montante estimado do ISS - Imposto Sobre Serviços - apurado pelo S.P.A. SAÚDE, incluídos os encargos financeiros pelo não recolhimento e acréscimo de multa pela falta de obrigações acessórias, é de R$ 7.217.939, o qual não está contemplado nas Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2024, haja vista o entendimento do S.P.A. SAÚDE de que o imposto municipal não é devido por ele.

NOTA 20 – SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO DE 2024

O Superávit é aplicado integralmente no território nacional e na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais do S.P.A. SAÚDE.

NOTA 21 – RECEITAS COM OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE

Descrição	***2024 R$***	***2023 R$***
Contraprestações Pecuniárias Emitidas **(a)**	214.921.052	181.438.671
Outras Deduções das Contraprestações	(510.281)	(284.043)
Total	**214.410.771**	**181.154.628**

(a) Referem-se às contraprestações decorrentes das operações com Planos de Assistência à Saúde e correspondem aos valores das mensalidades dos associados aos planos de saúde disponibilizados pelo S.P.A. SAÚDE, sendo apropriadas à receita no último dia do mês, considerando-se o período de cobertura do risco por meio do cálculo "pró-rata-die".

NOTA 22 - OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Referem-se a outras receitas provenientes de operações relacionadas com os Planos de Assistência Médica à Saúde, compostas da seguinte forma:

Descrição	***2024 R$***	***2023 R$***
Confecção de Carteirinha	13.860	13.060
Arrecadação Taxa Adm. a Repassar para Associadas / Outras Receitas	675.063	387.454
Receitas com Doações **(a)**	906.121	-
Total	**1.595.044**	**400.514**

(a) Referem-se às doações realizadas pelas Associadas Cooperativa de Crédito Credivar Ltda. – SICOOB CREDIVAR e Cooperativa Agroindustrial de Varginha Ltda. - MINASUL, com o fim específico de contribuir para a implantação da Clínica de APS – Atenção Primária à Saúde - no município de Varginha-MG, conforme mencionado na Nota nº 10.

NOTA 23 - OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Referem-se a outras despesas provenientes de operações relacionadas com os Planos de Assistência Médica à Saúde, compostas da seguinte forma:

Descrição	***2024 R$***	***2023 R$***
Taxas Adm./Manutenção/Inscrição de Rede Contratada	933.408	904.271
Taxa Administrativa com Associadas	3.096.782	2.630.208
Programas Regulatórios de Atenção à Saúde	3.646.064	3.001.083
Provisão para Contingências Judiciais de Eventos	1.786.368	154.495
Provisão para Perdas Sobre Créditos	16.574	358
Outras Despesas de Operação de Assistência à Saúde	753.466	664.365
Total	**10.232.662**	**7.354.780**

NOTA 24 - DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Estão compostas da seguinte forma:

Descrição	*2024 R$*	*2023 R$*
Despesas com a Administração	492.407	415.773
Despesas com Empregados	12.463.026	11.298.939
Despesas com Serviços de Terceiros	1.124.512	1.030.683
Despesas com Localização e Funcionamento	2.469.436	2.089.650
Despesas com Publicidade e Propaganda	1.060.540	847.282
Despesas com Tributos	266.007	240.453
Despesas Administrativas Diversas	674.976	564.381
Total	**18.550.904**	**16.487.161**

NOTA 25 - RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

O resultado financeiro líquido está realizado da seguinte forma:

Descrição	*2024 R$*	*2023 R$*
Receitas Financeiras	**9.692.525**	**9.536.992**
Rendimentos sobre Aplicações Financeiras	9.586.099	9.404.914
Receitas Financeiras c/ Operações de Assist. à Saúde	105.389	84.814
Outras Receitas Financeiras	1.037	47.264
Despesas Financeiras	**(2.058.884)**	**(2.175.156)**
Desp. Financeiras do Ressarcimento ao SUS/Multas ANS	(18.703)	(504)
Tributos sobre Rendimentos Financeiros / Outros	(2.040.181)	(2.174.652)
Resultado Financeiro Líquido	**7.633.641**	**7.361.836**

NOTA 26 - RESULTADO PATRIMONIAL

O resultado patrimonial está realizado da seguinte forma:

Descrição	*2024 R$*	*2023 R$*
Receitas Patrimoniais	**66.450**	**1.640.582**
Ganho de Capital com Bens Destinados à Venda **(a)**	-	1.618.609
Lucro na Alienação de Bens do Imobilizado	66.450	21.973
Despesas Patrimoniais	**2.693**	**(185.982)**
Despesas com Bens Destinados à Venda **(a)**	-	(179.532)
Prejuízo na Alienação ou Baixa de Bens do Imobilizado	2.693	(6.450)
Resultado Patrimonial	**63.757**	**1.454.600**

(a) No ano de 2023 o S.P.A. SAÚDE realizou a venda de imóvel localizado em Avaré-SP. Os ganhos de capital oriundos destas vendas foram reconhecidos contabilmente nos respectivos meses em que as mesmas ocorreram. O referido imóvel havido sido obtido por meio da Execução de Título Extrajudicial, sob nº 1156/2008 (contra a COOPERATIVA DE LATICÍNIOS DE AVARÉ) e incorporado ao Patrimônio do S.P.A. SAÚDE, em 2011, acrescido dos dispêndios realizados para transferência de propriedade, como impostos e outros custos de transação no ano de 2014.

NOTA 27 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO E CAPITAL REGULATÓRIO

O Capital Regulatório (CR) é o limite mínimo de Patrimônio Líquido Ajustado que a operadora deve observar, a qualquer tempo, em função das regras de capital regulamentadas na RN Nº 569 de 19 de dezembro de 2022. O Patrimônio Líquido Ajustado em 31 de dezembro de 2024 está demonstrado a seguir:

a) Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)

	Descrição	*2024* *R$*	*2023* *R$*
(+)	**Patrimônio Líquido**	**71.901.511**	**69.229.446**
(+)	Lucros Não Realizados Carteiras de Ações	-	-
(+)	Receitas Antecipadas	-	-
(-)	Participação em OPS avaliados por Equivalência Patrimonial	-	-
(-)	Despesas de Comercialização Diferidas	-	-
(-)	Despesas Antecipadas	(63.460)	(34.206)
(-)	**Ativo Não Circulante - Intangível**	**-**	**-**
(=)	**Patrimônio Líquido Ajustado**	**71.838.051**	**69.195.240**

b) Capital Baseado em Riscos (CBR)

	Descrição	*2024* *R$*	*2023* *R$*
1.	Risco de Subscrição (CRS)	16.635.446	14.021.957
2.	Risco de Crédito (CRC)	5.221.582	4.209.277
3.	Risco Operacional e Risco Legal (CRO)	6.385.557	5.387.302
4.	Risco de Mercado (CRM)	4.130.074	3.802.580
	Total	**32.372.659**	**27.421.116**

Para apuração de cada um dos capitais de risco citados acima é utilizada ferramenta de cálculo elaborada e disponibilizada pela ANS em planilhas Excel, as quais contemplam e processam - sobre as informações preenchidas pela Operadora - todas as fórmulas definidas nos anexos da RN Nº 569/2022. Com base nos capitais de risco calculados, sobre os quais aplica-se fórmula padrão, o Capital Baseado em Risco apurado em 31 de dezembro de 2024 é o que segue:

Descrição	*2024* *R$*	*2023* *R$*
Capital Baseado em Risco - CBR	27.670.749	23.344.976

c) Capital Regulatório – Limite Mínimo de Patrimônio Líquido Ajustado

	Descrição	*2024 R$*	*2023 R$*
(a)	Patrimônio Líquido Ajustado	71.838.051	69.195.240
(b)	Capital Baseado em Risco	27.670.749	23.344.976
	(In) Suficiência [(a) – (b)]	**44.167.302**	**45.850.264**

A partir de 1º de janeiro de 2023, o referido capital das operadoras passou a ser apurado mensalmente com base no Capital Baseado em Riscos (CBR), conforme critérios definidos pela RN nº 569/2022. Trata-se de uma regra de capital que define montante variável a ser observado pela operadora em função de fatores pré-determinados por modelo padrão estabelecido pela ANS, compreendendo os principais riscos envolvidos nas atividades relacionadas à operação de planos privados de assistência à saúde, quais sejam: o risco de subscrição, o risco de crédito, o risco de mercado, o risco legal e o risco operacional.

NOTA 28 – CONCILIAÇÃO ENTRE O LUCRO LÍQUIDO E O FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

Atividades Operacionais	**2024 R$**	**2023 R$**
Resultado do Período	**2.672.065**	**13.496.044**
Ajustes sobre o resultado do período:	**442.866**	**408.320**
Ganho/Perda na baixa de Ativo Imobilizado	2.693	59.477
Receita de venda do imobilizado	(66.450)	(75.000)
Provisão de Risco de Crédito - das operações	16.574	358
Depreciação	490.049	423.485
Resultado do Período Ajustado	**3.114.931**	**13.904.364**
Aumentos / Diminuição em Ativos Operacionais	**(7.890.961)**	**(11.840.501)**
Aplicações Financeiras	(7.650.724)	(9.441.309)
Créditos de Op. c/ Planos de Assistência à Saúde	(29.689)	(744.147)
Créditos Tributários e Previdenciários	13.383	(14.152)
Bens e Títulos a Receber	(348)	(1.643.745)
Despesas Antecipadas	(29.254)	15.802
Depósitos Judiciais e Fiscais	(194.329)	(12.950)

Aumentos / Diminuição em Passivos Operacionais	**7.496.678**	**3.490.840**
Provisões Técnicas de Op. de Assist. à Saúde (CP)	5.916.788	3.392.791
Débitos de Operações de Assistência à Saúde	(65.646)	(82.313)
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	85.395	141.768
Débitos Diversos	232.146	230.941
Provisões Técnicas de Op. de Assist. à Saúde (LP)	(352.780)	(237.647)
Provisões para Ações Judiciais (LP)	1.680.775	45.300
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	**2.720.648**	**5.554.703**

NOTA 29 - COBERTURA DE SEGUROS

A Operadora possui as seguintes coberturas de seguros:

Descrição	***Cobertura***	
Modalidade	***2024 R$***	***2023 R$***
Incêndio, IDT, Raio e Explosão de Qualq. Natureza – Sede Social	9.000.000	8.000.000
Roubo e/ou Furto Qualificado – Sede Social	300.000	300.000
Danos Elétricos – Sede Social	350.000	350.000
Veículos (100% Tabela Fipe)	312.069	429.977
Danos Materiais – Veículos	1.000.000	1.100.000
Danos Corporais – Veículos	1.000.000	1.300.000
Danos Morais – Veículos	125.000	85.000
APP Morte/Invalidez Permanente – Veículos	100.000	120.000
Seguro de Vida (Funcionários e Conselheiros)	15.011.861	14.538.388

NOTA 30 - RELEVÂNCIA DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

A Administração do S.P.A. SAÚDE apresenta através deste Relatório o conjunto das Demonstrações Contábeis e suas Notas Explicativas. As principais informações consideradas

relevantes apresentam um melhor detalhamento que consideramos ser suficiente para o entendimento de seus usuários e necessário para um processo decisório.

*** *** *** *** *** ***

São Paulo, 12 de fevereiro de 2025

S.P.A. SAÚDE - SISTEMA DE PROMOÇÃO ASSISTENCIAL

Luiz Fernando Ribeiro
Presidente

Ricardo de Oliveira Garcia
Superintendente

LAURINDO MACEDO DA SILVA

Responsável Técnico-Contábil
TC-CRC/SP 171026/O-3

Alonso, Barretto & Cia.
Auditores Independentes

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Às
Associadas do
S.P.A. Saúde - Sistema de Promoção Assistencial
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as Demonstrações Contábeis do S.P.A. Saúde - Sistema de Promoção Assistencial ("Entidade"), que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas Demonstrações do Resultado, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as Demonstrações Contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do S.P.A. Saúde - Sistema de Promoção Assistencial em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Base para Opinião

Nossa Auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção adiante intitulada "Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as Demonstrações Contábeis e o Relatório do Auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as Demonstrações Contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse Relatório.

Alonso, Barretto & Cia.
Auditores Independentes

Em conexão com a auditoria das Demonstrações Contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse Relatório está, de forma relevante, inconsistente com as Demonstrações Contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas Demonstrações Contábeis

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações Contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das Demonstrações Contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações Contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela Governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações Contábeis.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as Demonstrações Contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de Auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações Contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas Demonstrações Contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos um entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

Alonso, Barretto & Cia.
Auditores Independentes

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso Relatório de Auditoria para as respectivas divulgações nas Demonstrações Contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.

- Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso Relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das Demonstrações Contábeis, inclusive as divulgações e se as Demonstrações Contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

São Paulo, 14 de fevereiro de 2025.

Angela Zechinelli Alonso
Contadora CRC 1SP126226/O-9
CNAI nº 426
Alonso, Barretto & Cia. – Auditores Independentes
CRC 2SP013232/O-3

Alonso, Barretto & Cia.
Auditores Independentes

S.P.A. Saúde

O Plano de Saúde do Produtor Rural

www.spasaude.org.br

ANS - nº 324493